

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após um cenário de tímida recuperação econômica e eventos extraordinários - tais como, greve dos caminhoneiros, Copa do Mundo e temperaturas desfavoráveis ao calendário de coleções, o ano de 2018 apresentou-se bastante desafiador. Neste contexto, a Companhia promoveu importantes avanços na gestão, nas marcas e na execução no ponto de venda, sempre colocando o consumidor final no centro da estratégia. Adicionalmente, a Companhia promoveu a retomada gradual do SSS na rede Hering Store e manteve a operação equilibrada financeiramente, gerando R\$ 298,8 milhões em caixa livre, R\$ 158,6 milhões superior a 2017 expandindo a margem EBITDA em 0,2 p.p. e aumentando o ROIC para 22,0%.

Ao longo do ano, foi concluída a alteração da estrutura organizacional da Companhia que culminou com a criação da Diretoria de Negócios Hering e da Diretoria de Negócios Infantil e DZARM., bem como da criação da Diretoria de Transformação Digital, de modo a reforçar ainda mais o foco no consumidor, acelerar a busca por resultados e gerar valor a partir de um modelo de gestão ágil, integrado e digital.

A Companhia promoveu importantes avanços na frente de Omnicanalidade, projeto que visa integrar os canais de vendas e estoques, ampliar a experiência de compra ao proporcionar maior oferta e disponibilidade de produtos e fortalecer o contato com o consumidor. O modelo, que contempla as modalidades *Pick up in Store*, *Showrooming*, *Ship-from-Store* e *Ship-to-Store*, foi implementado para 100% das lojas próprias e pilotado para rede de franquias, com expectativa de *roll-out* para toda a rede ao longo de 2019. Importante frisar que a Companhia está na vanguarda do desenvolvimento deste modelo de negócios no Brasil, que inclui a figura de franquias e uma Câmara de Compensação, a qual visa integrar as transações de acordo com as regras de negócio estabelecidas.

Ainda no âmbito da transformação digital, a Companhia finalizou a implementação do novo portal de vendas B2B (Portal Conecta) para realizar transações comerciais e suporte à venda de produtos para clientes multimarcas e franqueados. O portal já abrange 100% do território nacional e permitiu desde o segundo semestre de 2018, a reposição de compras.

A Companhia também evoluiu em sua gestão de abastecimento, buscando a otimização no sortimento de produtos através da elaboração de um *mix* assertivo para todas lojas e localidades. Esse movimento permitiu maior adesão à recomendação de compra da rede, uma melhor gestão da operação, além da redução de estoques. Adicionalmente, a Companhia expandiu a modalidade de reposição automática para itens básicos de alto giro, que passou de 73 itens para 98.

Ao longo de 2018, 46 lojas aderiram ao novo modelo de reformas. Os resultados das lojas remodeladas nesse formato - com foco no *visual merchandising* e na melhor

experiência de compra - aliadas à acertada gestão e operação no ponto de venda, apresentaram crescimento superior quando comparado as demais lojas, com destaque para a retomada de fluxo de clientes.

Adicionalmente, cabe destacar a inauguração das lojas conceito **Hering Experience** no Morumbi Shopping e no Shopping Center Norte. Esse novo conceito de loja oferece uma experiência personalizada e interativa para os clientes, proporcionada por serviços e funcionalidades tecnológicas totalmente aderentes às modalidades do Omnichannel. Dentre essas evoluções destacam-se: provadores inteligentes, tótem conectado para navegação via *e-commerce*, NPS, área de customização de camisetas, ambientes instagramáveis, entre outros. Nessa direção, a Companhia também inaugurou no trimestre um novo formato de loja, denominado **Hering Basic Shop**. A loja possui metragem reduzida e modelo de operação enxuto, cujo sortimento é formado exclusivamente por básicos *best sellers* de alto giro, abastecimento inteligente a partir da reposição automática de 100% dos produtos, o que aumenta a assertividade de compra e reduz rupturas e sobras.

A Companhia encerrou o ano com 761 lojas, das quais 741 no Brasil e 20 no mercado internacional. Foram inauguradas 28 lojas e encerradas 66 unidades, parte do processo de saneamento da rede de lojas, contribuindo para a diminuição da dispersão de performance entre franquias e manutenção de uma rede mais saudável e sustentável.

Com relação às marcas, a intensificação dos investimentos em marketing apresentou resultados positivos na estratégia de aumento do engajamento com as marcas, aproximação com o público jovem e feminino e retomada do número de atendimentos nas lojas. Destacam-se as campanhas com celebridades e influenciadores digitais, além da presença de datas comemorativas como Carnaval, Dia dos Pais e Dia das Mães. Adicionalmente, a Companhia relançou a campanha "O Câncer de Mama no Alvo da Moda" em parceria com o IBCC e lançou a nova campanha "Com que Roupas eu vou?" para a coleção de Alto Verão. Já as marcas infantis, Hering Kids e PUC, seguiram com a estratégia de parcerias com outras marcas, como a Turma da Mônica, Turma do Snoopy e ilustrações da Ana Strumpf.

Por fim, a Companhia conserva o sólido perfil financeiro de compromisso com o retorno de capital através de uma rígida gestão de despesas, forte geração de caixa, balanceamento da operação e distribuição de proventos. A Companhia permanece focada em inovação tecnológica, antecipação de movimentos do mercado e na sua evolução como uma gestora de marcas com capilaridade nos canais de distribuição e produtos de alta qualidade, colocando o consumidor no centro dos negócios.

A Administração

DESTAQUES CONSOLIDADOS

R\$ mil	2018	2017	Var. 2018/2017
Receita Bruta	1.806.814	1.841.642	-1,9%
Mercado Interno	1.757.183	1.791.367	-1,9%
Mercado Externo	49.631	50.275	-1,3%
Receita Líquida	1.539.568	1.562.321	-1,5%
Lucro Bruto ^(a)	655.988	690.048	-4,9%
Margem Bruta ^(a)	42,6%	44,2%	-1,6 p.p.
Lucro Líquido	239.514	263.781	-9,2%
Margem Líquida	15,6%	16,9%	-1,3 p.p.
EBITDA ^(b)	259.557	260.937	-0,5%
Margem EBITDA ^(b)	16,9%	16,7%	0,2 p.p.
ROIC ^(c)	22,0%	20,9%	1,1 p.p.

^(a) Lucro Bruto e Margem Bruta expurgada a depreciação apropriada ao custo.

^(b) Resultado operacional antes dos juros, impostos, depreciações, amortizações e participações.

^(c) Últimos 12 meses.

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO DE VENDAS

	2018	2017	Var. 2018/2017
Receita Bruta - R\$ mil			
Receita Bruta Total	1.806.814	1.841.642	-1,9%
Mercado Interno	1.757.183	1.791.367	-1,9%
Mercado Externo	49.631	50.275	-1,3%
Receita Bruta Mercado Interno	1.757.183	1.791.367	-1,9%
Hering	1.319.306	1.321.317	-0,2%
Hering Kids	230.231	243.537	-5,5%
PUC	105.437	120.065	-12,2%
DZARM.	73.241	71.495	2,4%
Outras ⁽¹⁾	28.968	34.953	-17,1%

	2018	2017	Var. 2018/2017
Participação Mercado Interno			
Multimarcas	736.794	781.216	-5,7%
Franquias	619.514	632.470	-2,0%
Lojas Próprias	344.580	320.434	7,5%
Webstore	48.950	44.801	9,3%
Outras ⁽¹⁾	7.345	12.446	-41,0%
Total	1.757.183	1.791.367	-1,9%
Multimarcas	41,9%	43,6%	-1,7 p.p.
Franquias	35,3%	35,3%	0,0 p.p.
Lojas Próprias	19,6%	17,9%	1,7 p.p.
Webstore	2,8%	2,5%	0,3 p.p.
Outras ⁽¹⁾	0,4%	0,7%	-0,3 p.p.
Total	100,0%	100,0%	-

⁽¹⁾ Considera a venda de itens de segunda linha e sobras.

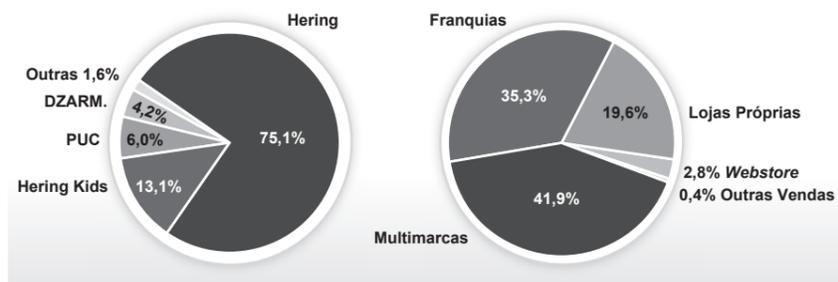
Em 2018 a receita bruta totalizou R\$ 1.806,8 milhões, queda de 1,9% em relação ao ano anterior, impactada majoritariamente por eventos extraordinários ao longo do 2º trimestre do ano, tais como: (i) greve de caminhoneiros, que impactou o abastecimento dos canais multimarcas e franquias; (ii) redução de fluxo nas lojas em dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo; (iii) além de temperaturas mais altas no inverno, prejudicando as vendas das coleções frias.

As vendas das lojas próprias apresentaram crescimento de 7,5%, impulsionado pela retomada no número de atendimentos e maior produtividade das vendas. As vendas para as franquias (*sell-in*) apresentaram queda de 2,0%, apesar do desempenho positivo das vendas aos consumidores finais (*sell-out*). Vale destacar que a diferença de desempenho entre a receita *sell-in* e a *sell-out* é decorrente da evolução da estrutura de incentivos, uma vez que a partir da coleção de Alto Verão as recomendações de compras para os franqueados passaram a ser definidas com base no *sell-out* realizado no ano anterior e não mais no *sell-in*, visando manter a sustentabilidade da operação e preservar a saúde da rede ao dimensionar seus estoques *versus* as vendas realizadas para o consumidor final. Adicionalmente, o piloto das franquias relacionado ao projeto Omnichannel foi concluído em 7 lojas franqueadas ao final de 2018.

As vendas do canal multimarcas apresentaram declínio de 5,7% no ano, notadamente em razão do menor pedido médio e declínio de número de clientes. No canal *e-commerce* destaca-se o crescimento de 9,3%, impulsionado pelo aumento de fluxo nas plataformas e fortalecimento dos investimentos de marketing. O mercado externo apresentou retração de 1,3%, principalmente em função do deslocamento de faturamento entre trimestres.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A Cia. Hering possui um modelo de distribuição híbrido, que possibilita que seus produtos cheguem ao consumidor final por meio de 761 lojas, 10.505 ⁽²⁾ varejistas multimarcas e 5 *webstores*. Em 2018, as vendas brutas do mercado interno foram distribuídas da seguinte forma:



⁽²⁾ Considera clientes únicos e ativos nos últimos 12 meses.

REDE DE LOJAS

A Companhia encerrou o ano com 761 lojas, das quais 741 no Brasil e 20 no mercado internacional. No ano foram inauguradas 28 lojas e encerradas 66 unidades, incluindo 4 lojas próprias, principalmente da marca Hering. A Hering Kids teve sua rede reduzida em 1 loja, enquanto que a PUC, em processo de reorganização, encerrou 10 pontos de vendas. A DZARM., que ainda passa por maturação do seu canal de distribuição monomarca, permaneceu com as mesmas lojas que possuía ao final de 2017. Vale destacar a inauguração de 3 novos Espaço Hering além da primeira franquia Hering Basic Shop, já mencionada acima.

	2018	2017
Quantidade de Lojas		
Total	761	799
Brasil	741	779
Hering Store	579	610
Própria ^(*)	52	57
Franquia	527	553
Hering Kids	103	104
Própria ^(**)	13	13
Franquia	90	91
PUC	46	56
Própria	10	9
Franquia	36	47
DZARM.	2	2
Própria	2	2
Espaço Hering	10	7
Hering Basic Shop	1	-
Própria	-	-
Franquia	1	-
Mercado Internacional - Franquias	20	20

^(*) Não considera Espaço Hering.

^(**) As lojas híbridas deixaram de ser contabilizadas, no 3T18, como Hering Kids e foram incorporadas à Hering Store.

DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

Em 2018, as vendas da Hering Store totalizaram R\$ 1.397,0 milhão, 2,4% acima do ano anterior, enquanto que as vendas base mesmas-lojas cresceram 5,3% no mesmo período, resultado do aumento *ticket* médio.

O ritmo da implementação do novo modelo de reformas foi intensificado no 4T18, o qual tem contribuído para melhorar a produtividade das lojas através de uma melhor exposição de produtos, foco no *visual merchandising* e melhor experiência de compra. Ao longo de 2018, 46 lojas foram reformadas. Destaca-se também, a inauguração das lojas conceito Hering *Experience* no Morumbi Shopping e no Shopping Center Norte, oferecendo experiência única e interativa com o consumidor e aderência ao conceito de Omnicanalidade. Adicionalmente, a Companhia inaugurou em dezembro de 2018, um novo formato de loja nomeado Hering Basic Shop, cujo sortimento é composto exclusivamente por itens básicos de alto giro, além do baixo investimento e facilidade de operação.

	2018	2017	Var. 2018/2017
Desempenho da Rede Hering Store ⁽¹⁾			
Número de Lojas	579	610	-5,1%
Franquias	527	553	-4,7%
Próprias	52	57	-8,8%
Faturamento da Rede (R\$ mil)	1.397.044	1.364.861	2,4%
Franquias	1.147.159	1.133.973	1,2%
Próprias	249.885	230.888	8,2%
Área de Vendas (m ²)	77.796	83.003	-6,3%
Faturamento (R\$ por m ²)	17.958	16.443	9,2%
Atendimentos	9.820.403	10.044.184	-2,2%
Peças	21.849.255	21.670.133	0,8%
Peças por Atendimento	2,22	2,16	2,8%
Preço Médio (R\$)	63,94	62,98	1,5%
<i>Ticket</i> Médio (R\$)	142,26	135,89	4,7%
Same Store Sales - sem webstore	5,1%	-0,9%	6,0 p.p.
Same Store Sales - com webstore	5,3%	-0,7%	6,0 p.p.

⁽¹⁾ Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell-out*). Não considera *outlet* e *webstore*.

As lojas híbridas deixaram de ser contabilizadas no 3T18 como Hering Kids e foram incorporadas à Hering Store.

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ mil	2018	Part. (%)	2017	Part. (%)	Var. 2018/2017
Receita Bruta de Vendas	1.806.814	117,4%	1.841.642	117,9%	-1,9%
Deduções de Venda	(267.246)	-17,4%	(279.321)	-17,9%	-4,3%
Deduções de Venda					
Impostos	(349.363)	-22,7%	(365.171)	-23,4%	-4,3%
Ajuste a Valor Presente	(36.057)	-2,3%	(46.787)	-3,0%	-22,9%
Deduções de Venda					
Incentivos	118.174	7,7%	132.637	8,5%	-10,9%
Receita Líquida de Vendas	1.539.568	100,0%	1.562.321	100,0%	-1,5%
Total CPV - Sem					
Depreciação e Amortização	(852.169)	-55,4%	(843.768)	-54,0%	1,0%
Custo dos Produtos					
Vendidos	(888.720)	-57,7%	(876.567)	-56,1%	1,4%
Ajuste a Valor Presente	17.098	1,1%	15.135	1,0%	13,0%
Subvenção para					
Investimentos ⁽³⁾	19.453	1,3%	17.664	1,1%	10,1%
Lucro Bruto Caixa	687.399	44,6%	718.553	46,0%	-4,3%
Depreciação e Amortização	(31.411)	-2,0%	(28.505)	-1,8%	10,2%
Lucro Bruto	655.988	42,6%	690.048	44,2%	-4,9%
Despesas Operacionais	(458.029)	-29,8%	(490.300)	-31,4%	-6,6%
Vendas	(353.649)	-23,0%	(338.064)	-21,6%	4,6%
Empresa	(234.480)	-15,2%	(221.535)	-14,2%	5,8%
Lojas	(119.169)	-7,7%	(116.529)	-7,5%	2,3%
Perda pela não recupera-					
bilidade de ativos	(8.524)	-0,6%	(12.361)	-0,8%	-31,0%
Gerais, Administrativas e					
Rem. dos Administradores	(58.162)	-3,8%	(60.512)	-3,9%	-3,9%
Depreciação e Amortização	(30.187)	-2,0%	(32.684)	-2,1%	-7,6%
Participação nos Resultados	(783)	-0,1%	(25.168)	-1,6%	-96,9%
Outras Receitas (Despesas)					
Operacionais	(6.724)	-0,4%	(21.511)	-1,4%	-68,7%
Lucro Operacional Antes das Financeiras	197.959	12,9%	199.748	12,8%	-0,9%
Receitas financeiras	69.329	4,5%	107.793	6,9%	-35,7%
Despesas financeiras	(32.125)	-2,1%	(28.684)	-1,8%	12,0%
Total Resultado Financeiro	37.204	2,4%	79.109	5,1%	-53,0%
Lucro Líquido antes de CSLL e IRPJ	235.163	15,3%	278.857	17,8%	-15,7%
Impostos Correntes - CSLL e IRPJ	1.241	0,1%	(19.090)	-1,2%	N.D.
Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ	3.110	0,2%	4.014	0,3%	-22,5%
Lucro Líquido	239.514	15,6%	263.781	16,9%	-9,2%
Atribuível aos acionistas controladores	239.514	15,6%	263.781	16,9%	-9,2%
Lucro Básico por Ação - R\$					
Atribuível aos acionistas controladores	1,4812		1,6372		-9,5%
EBITDA	259.557	16,9%	260.937	16,7%	-0,5%

⁽³⁾ A partir de dez/2017 todas as subvenções passaram a ser tratadas como investimento.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto de 2018 atingiu R\$ 656,0 milhões, 4,9% inferior ao ano de 2017 e a margem bruta atingiu 42,6%, declínio de 1,6 p.p. O resultado foi impactado pela queda de venda, além da menor produtividade fabril em razão do declínio do volume de produção.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA do ano atingiu R\$ 259,6 milhões, enquanto que a margem EBITDA atingiu 16,9%, crescimento de 0,2 p.p. vs o mesmo período do ano anterior. Destaca-se a constante procura por ganho de produtividade e austero controle de despesas da Companhia, com queda de 6,6% nas despesas operacionais, que compensaram o declínio na venda e na margem bruta, conforme mencionado anteriormente.

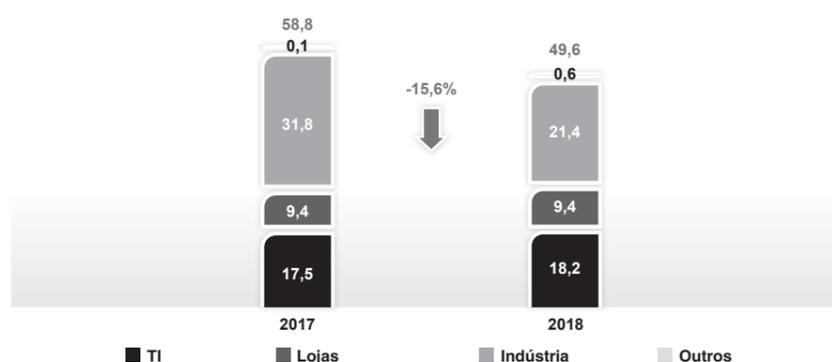
Reconciliação EBITDA - R\$ mil	2018	2017	Var. 2018/2017
Lucro Líquido	239.514	263.781	-9,2%
(+) IR e CSLL	(4.351)	15.076	N.D.
(-) Receita Financeira Líquida	(37.204)	(79.109)	-53,0%
(+) Depreciações e Amortizações	61.598	61.189	0,7%
(=) EBITDA	259.557	260.937	-0,5%
Margem EBITDA	16,9%	16,7%	0,2 p.p.

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido no ano totalizou R\$ 239,5 milhões, queda de 9,2% versus 2017, em razão da retração das vendas e da queda de R\$ 41,9 milhões do resultado financeiro, devido ao reconhecimento de receita financeira de R\$ 22,7 milhões no 3T17, proveniente de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório a Eletrobrás nas décadas de 80 e 90, além da queda da taxa Selic.

INVESTIMENTOS

Em 2018, os investimentos totalizaram R\$ 49,6 milhões, direcionados notadamente às (i) plantas fabris principalmente para implementação do *Sorter*, sistema automatizado de encaixotamento e distribuição de caixas no Centro de Distribuição de Anápolis, Goiás; (ii) tecnologia para evolução dos novos sistemas e suporte ao negócio e à implementação do *Omnichannel* e (iii) reforma e abertura de lojas.



GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2018 a geração de caixa foi de R\$ 298,8 milhões, R\$ 158,6 milhões superior ao mesmo período do ano anterior, influenciada pela menor necessidade de capital de giro, em função do alongamento de prazo com fornecedores, além da redução dos níveis dos estoques.

DFC Gerencial - Consolidado (R\$ mil)	2018	2017	Var.
EBITDA	259.557	260.937	(1.380)
Itens Não Caixa	16.664	18.757	(2.093)
AVP Clientes e Fornecedores	21.112	28.654	(7.542)
IR&CS Corrente	1.241	(19.090)	20.331
Investimento em Capital de Giro	49.890	(90.188)	140.078
(Aumento) em contas a receber de clientes	(13.655)	(21.835)	8.180
(Aumento) redução nos estoques	31.114	(38.888)	70.002
Aumento (redução) em fornecedores	80.737	(44.862)	125.599
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(6.430)	1.412	(7.842)
Financiamento de franqueados - plano de reformas	1.273	10.148	(8.875)
Outros	(43.149)	3.837	(46.986)
CapEx	(49.621)	(58.848)	9.227
Geração de Caixa Livre	298.843	140.222	158.621

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Conciliação DFC Gerencial e Contábil (R\$ mil)	2018	2017	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	362.876	250.999	111.877
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	(14.412)	(51.929)	37.517
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(2.140)	(2.994)	854
Resultado Financeiro	(37.204)	(79.109)	41.905
AVP Clientes e Fornecedores	21.112	28.654	(7.542)
Juros pagos por empréstimos	3.820	1.520	2.300
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	(49.621)	(58.848)	9.227
Geração de Caixa Livre	298.843	140.222	158.621

(¹) O DFC Gerencial não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS. As informações acima são preparadas para gerenciamento da Companhia e não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

(²) As provisões nas contas de Capital de Giro desta DFC foram reportadas na linha Itens Não Caixa, e que explica a diferença entre o saldo efetivo de balanço.

ENDIVIDAMENTO

A Cia. Hering encerrou o ano com caixa líquido de R\$ 320,5 milhões, conforme detalhado abaixo:

Endividamento - R\$ mil	2018	Part. (%)	2017	Part. (%)
Curto Prazo	-	0%	(27.293)	100%
Longo Prazo	-	0%	-	0%
Total da Dívida	-	0%	(27.293)	100%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	320.540		148.821	
(=) Caixa Líquido	320.540		121.528	

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos pagos relativos ao exercício de 2018 totalizaram R\$ 150,0 milhões, representando *payout* de 62,63% do lucro líquido da Companhia, conforme detalhado abaixo:

Proposta de distribuição de dividendos	R\$ milhões	R\$ por ação (¹)	Aprovado em	Data base	Pago em
Dividendos	30,0	0,1853	28/03/18	09/04/18	15/05/18
Juros Sobre o Capital Próprio	40,0	0,2471	30/05/18	07/06/18	27/06/18
Dividendos	40,0	0,2478	31/10/18	08/11/18	28/11/18
Juros Sobre o Capital Próprio	40,0	0,2478	21/12/18	03/01/19	15/01/19
Proventos pagos	150,0	0,9280	-	-	-
Lucro líquido do exercício - controladora	239,5				
Payout ratio	62,63%				

(¹) Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.

PROGRAMA DE RECOMPRA

O programa de recompra de ações que autorizava a aquisição de até 5 milhões de ações, correspondendo a 4,02% do total de ações em circulação (*free float*) foi encerrado em 01.02.2019. Do total, foram recompradas 488.800 ações, ao preço médio de R\$ 14,48, somando R\$ 7,1 milhões.

RECONHECIMENTOS

Em 2018, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação, dentre elas:

- 500 Maiores do Sul (Revista Amanhã em parceria com a PWC)
- As 60 Marcas Mais Valiosas do Brasil (Bloomberg)
- Cia. Hering é Destaque Empresarial do Ano (ABIT)
- Eficiência Logística (Infraero)
- Empresa de moda que mais respeita o consumidor (revista Consumidor Moderno em parceria com a Cromo Solutions)
- Empresas com melhor reputação do Brasil (Revista Exame em parceria com a MERCO)

- Empresas Mais do Estadão (Estadão em parceria com a Austin Rating e FIA)
- Época Negócios (Revista Época Negócios em parceria com a Fundação Dom Cabral, Boa Vista e Econômica)
- Excelência em Franchising (ABF)
- Hering é reconhecida no estudo Marcas Mais do Estadão (Jornal O Estado de S. Paulo em parceria com Troiano Branding)
- Melhores e Maiores (Exame)
- Melhores Franquias do Brasil (Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios em parceria com a Serasa Experian)
- Top Mind of 2018 (Portal El Hombre)
- Veja 50 Anos (Revista Veja)

COLABORADORES

Ao longo de 2018 a Companhia aprimorou suas ações de gestão de pessoas, com a implementação de um novo modelo organizacional orientado por unidades de negócio, aumentando a velocidade de resposta ao consumidor.

A Companhia fortaleceu seu planejamento de pessoas através do mapeamento de sucessores para todas as posições de liderança da Companhia, bem como investimentos na contratação de uma nova turma de Jovens Empreendedores - *trainees*, com o objetivo de aumentar o *pipeline* de futuros líderes na Organização.

A Companhia buscou fortalecer a cultura organizacional através de ações que reforcem as competências de liderança e inovação. Concluiu, também, o programa de educação executiva desenvolvido em parceria com instituição de ensino renomada de São Paulo, com o objetivo de reforçar a atuação Estratégica dos seus líderes. O desenvolvimento contínuo foi uma estratégia de aceleração de carreira, que impactou em mais de 50% de aproveitamento interno nas posições de liderança. Além do Programa Jovens Empreendedores - *trainees*, a Companhia fomentou a busca por jovens talentos com o novo programa de estágio e jovens aprendizes.

A Companhia também investiu no fortalecimento de seu posicionamento como marca empregadora para profissionais do mercado, com o crescimento de 65% de sua base de seguidores do LinkedIn, atingindo 174.000 pessoas ao final de 2018. A Companhia finalizou o ano com 6.319 colaboradores.

ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2019, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM em 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital - 2019	
Investimentos	R\$ mil
Tecnologia da Informação	17.864
Lojas	16.608
Industrial	13.058
Logística	3.874
Outros	967
Total Geral	52.371

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2018, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	319.417	147.883	320.540	148.821	Empréstimos e financiamentos	16	-	27.293	-	27.293
Contas a receber de clientes	7	459.052	455.029	459.074	455.326	Fornecedores		207.909	127.172	207.909	127.172
Estoques	9	320.142	349.535	320.142	349.535	Salários e encargos sociais	17	42.584	40.314	42.584	40.315
Impostos a recuperar	10	77.128	51.599	77.134	51.604	Parcelamentos tributários e previdenciários		976	959	976	959
Outras contas a receber	8	10.767	12.739	10.767	12.739	Imposto de renda e contribuição social a pagar		7	7	63	83
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	545	-	545	Obrigações tributárias	18	20.081	24.167	20.092	24.196
Despesas antecipadas		1.665	1.120	1.665	1.120	Provisões para contingências	20	2.420	2.450	2.420	2.450
		1.188.171	1.018.450	1.189.322	1.019.690	Outras provisões	20	32.262	52.962	32.262	52.962
						Obrigações por incentivos fiscais	19	172	1.554	172	1.554
						Dividendos e juros de capital próprio a pagar	24.e	40.726	740	40.726	740
						Partes relacionadas	21	2.014	1.707	-	-
						Instrumentos financeiros derivativos	23	170	-	170	-
						Outras contas a pagar		17.499	8.619	17.499	8.622
								366.820	287.944	364.873	286.346
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras restritas	6	4.830	5.237	4.830	5.237	Parcelamentos tributários e previdenciários		1.550	2.505	1.550	2.505
Impostos a recuperar	10	16.271	10.485	16.271	10.485	Provisões para contingências	20	14.309	14.194	14.309	14.194
Impostos diferidos	11	49.977	46.249	49.977	46.249	Outras provisões	20	104	104	104	104
Contas a receber de clientes	7	8.782	7.399	8.782	7.399	Benefícios a empregados	22	2.499	1.387	2.499	1.387
Outras contas a receber	8	17.923	15.913	17.923	15.913	Obrigações por incentivos fiscais	19	633	619	633	619
Empréstimo compulsório	12	-	2.614	-	2.614	Outras contas a pagar		-	-	85	93
Investimentos empresas controladas	13	3.013	2.745	-	-			19.095	18.809	19.180	18.902
Imobilizado	14	305.695	315.452	305.695	315.452	Patrimônio líquido	24				
Intangível	15	111.329	115.121	111.329	115.121	Capital social		369.618	369.618	369.618	369.618
		517.820	521.215	514.807	518.470	Reserva de capital		35.982	30.815	35.982	30.815
						Ações em tesouraria		(6.372)	-	(6.372)	-
						Reservas de lucros		914.694	825.458	914.694	825.458
						Ajuste de avaliação patrimonial		6.154	7.021	6.154	7.021
						Atribuído aos acionistas controladores		1.320.076	1.232.912	1.320.076	1.232.912
		1.705.991	1.539.665	1.704.129	1.538.160			1.705.991	1.539.665	1.704.129	1.538.160

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	28	1.537.300	1.558.752	1.539.568	1.562.321
Custo dos produtos vendidos	29	(883.580)	(872.273)	(883.580)	(872.273)
Lucro bruto		653.720	686.479	655.988	690.048
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	30	(353.649)	(338.064)	(353.649)	(338.064)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23.a.ii	(8.524)	(12.361)	(8.524)	(12.361)
Administrativas e gerais	31	(49.137)	(51.131)	(49.211)	(51.174)
Honorários da administração	21	(8.943)	(9.308)	(8.951)	(9.338)
Depreciação e amortização		(30.187)	(32.683)	(30.187)	(32.684)
Participação nos resultados	26	(783)	(25.168)	(783)	(25.168)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	32	(5.287)	(20.663)	(6.724)	(21.511)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		197.210	197.101	197.959	199.748
Receitas financeiras	33	69.261	107.711	69.329	107.793
Despesas financeiras	33	(32.361)	(28.640)	(32.125)	(28.684)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		36.900	79.071	37.204	79.109
Equivalência patrimonial	13	816	2.291	-	-
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		234.926	278.463	235.163	278.857
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	1.478	(18.696)	1.241	(19.090)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	3.110	4.014	3.110	4.014
Lucro líquido do exercício		239.514	263.781	239.514	263.781
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		239.514	263.781	239.514	263.781
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R\$					
Básico	35			1,4812	1,6372
Diluído	35			1,4476	1,6033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		239.514	263.781	239.514	263.781
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Benefícios a empregados - plano de previdência privada, líquido de tributos	22	(568)	(747)	(568)	(747)
		(568)	(747)	(568)	(747)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa, líquido de tributos	23	(632)	-	(632)	-
		(632)	-	(632)	-
Resultado abrangente do exercício		238.314	263.034	238.314	263.034
Total do resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		238.314	263.034	238.314	263.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado									
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
			Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2016	359.424	26.085	554.524	38.273	230.067	(4.614)	-	-	5.648	1.209.407
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	(747)	(747)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(747)	747	-
Plano de remuneração por ações	-	4.730	-	-	-	-	-	-	-	4.730
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	-	575	4.614	-	-	-	5.189
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	237	(237)	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	1.610	1.610
Dividendos adicionais propostos 2016 pagos 2017 com reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(74.998)	-	-	-	-	(74.998)
Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais	1.269	-	(1.269)	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital pelo exercício de <i>stock options</i>	8.925	-	-	-	-	-	-	-	-	8.925
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	263.781	-	263.781
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	13.189	-	-	-	(13.189)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	150.378	-	-	-	-	(150.378)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(99.990)	-	(99.990)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(84.995)	-	(84.995)
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(85.281)	-	-	85.281	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	369.618	30.815	703.633	51.462	70.363	-	-	-	7.021	1.232.912
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	(568)	(568)
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	(568)	568	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	5.167	-	-	-	-	-	-	-	5.167
Ações em tesouraria adquiridas (nota explicativa 24.b)	-	-	-	-	-	(7.080)	-	-	-	(7.080)
Ações em tesouraria vendidas (nota explicativa 24.b)	-	-	-	-	27	708	-	-	-	735
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	235	(235)	-
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - <i>hedge accounting</i> (nota explicativa 23.e)	-	-	-	-	-	-	-	-	(632)	(632)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	239.514	-	239.514
Destinações:										
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	5.094	-	-	-	(5.094)	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	137.628	-	-	-	-	(137.628)	-	-
Dividendos (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	-	-	-	(69.986)	-	(69.986)
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 25)	-	-	-	-	-	-	-	(79.986)	-	(79.986)
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(53.513)	-	-	53.513	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	369.618	35.982	841.261	56.556	16.877	(6.372)	-	-	6.154	1.320.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)					DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)				
Notas	Controladora		Consolidado		Receitas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro líquido do exercício		239.514	263.781	239.514	263.781				
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:									
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	34	(3.110)	(4.014)	(3.110)	(4.014)				
Variações monetária, cambial e juros não realizados		2.140	3.154	2.140	2.994				
Depreciação e amortização	14 e 15	61.598	61.189	61.598	61.189				
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23	8.524	12.361	8.524	12.361				
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	14	1.572	292	1.572	292				
Plano de opção de compra de ações	27	5.167	4.730	5.167	4.730				
(Reversão) líquida de constituição de provisão para ajuste a valor de realização estoques	9	(1.721)	(2.561)	(1.721)	(2.561)				
(Reversão) líquida de constituição de provisão para contingências	20	2.870	6.446	2.870	6.446				
Benefícios a empregados	22	252	103	252	103				
Empréstimo compulsório		-	(2.614)	-	(2.614)				
Equivalência patrimonial	13	(816)	(2.291)	-	-				
Variações nos ativos e passivos									
Contas a receber de clientes		(13.930)	(21.876)	(13.655)	(21.835)				
Estoques		31.114	(38.888)	31.114	(38.888)				
Impostos a recuperar		(31.315)	(12.101)	(31.316)	(12.100)				
Outros ativos		2.575	1.583	2.576	1.583				
Fornecedores		80.737	(44.862)	80.737	(44.862)				
Contas a pagar e provisões		(13.123)	26.241	(13.136)	24.502				
Imposto de renda e contribuição social		992	11.175	972	11.428				
IRPJ e CSLL pagos		(992)	(11.171)	(992)	(11.436)				
Obrigações tributárias		(6.392)	1.423	(6.410)	1.420				
Dividendos recebidos	13	548	2.248	-	-				
Juros pagos por empréstimos		(3.820)	(1.520)	(3.820)	(1.520)				
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		362.384	252.828	362.876	250.999				
Fluxos de caixa das atividades de investimento									
Aquisições de ativo imobilizado	14	(33.341)	(40.197)	(33.341)	(40.197)				
Aquisições de ativo intangível	15	(16.280)	(18.651)	(16.280)	(18.651)				
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(49.621)	(58.848)	(49.621)	(58.848)				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento									
Aumento de capital		-	8.925	-	8.925				
Aplicações financeiras		407	(413)	407	(413)				
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(109.986)	(259.870)	(109.986)	(259.870)				
Pagamentos de empréstimos		(25.612)	(1.916)	(25.612)	(1.916)				
Aquisição de ações para tesouraria	24.b	(7.080)	-	(7.080)	-				
Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra	24.b	735	5.189	735	5.189				
Partes relacionadas		307	-	-	-				
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(141.229)	(248.085)	(141.536)	(248.085)				
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		171.534	(54.105)	171.719	(55.934)				
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa									
No início do exercício		147.883	201.988	148.821	204.755				
No fim do exercício		319.417	147.883	320.540	148.821				
		171.534	(54.105)	171.719	(55.934)				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Vendas de mercadoria (receita bruta)	1.804.410	1.837.859	1.806.814	1.841.642
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(8.524)	(12.361)	(8.524)	(12.361)
	1.795.886	1.825.498	1.798.290	1.829.281
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(304.014)	(308.056)	(304.150)	(308.276)
Custos das mercadorias vendidas	(289.373)	(250.766)	(289.373)	(250.766)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(439.859)	(484.235)	(441.377)	(485.157)
	(1.033.246)	(1.043.057)	(1.034.900)	(1.044.199)
Retenções				
Depreciação e amortização	(61.598)	(61.189)	(61.598)	(61.189)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	701.042	721.252	701.792	723.893
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	816	2.291	-	-
Receitas financeiras	69.261	107.711	69.329	107.793
Aluguéis	156	242	156	242
	70.233	110.244	69.485	108.035
Valor adicionado total a distribuir	771.275	831.496	771.277	831.928
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	211.642	230.476	211.642	230.476
Benefícios	25.683	25.153	25.683	25.153
F.G.T.S.	15.466	16.008	15.466	16.008
	252.791	271.637	252.791	271.637
Tributos				
Federais	142.471	172.918	142.709	173.312
Estaduais	50.066	42.564	50.066	42.564
Municipais	2.122	2.025	2.122	2.025
	194.659	217.507	194.897	217.901
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	2.140	3.071	2.140	3.071
Aluguéis	54.023	52.258	54.023	52.258
Outros	28.148	23.242	27.912	23.280
	84.311	78.571	84.075	78.609
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	79.986	84.995	79.986	84.995
Dividendos	69.986	99.990	69.986	99.990
Lucros retidos	89.542	78.796	89.542	78.796
	239.514	263.781	239.514	263.781
Valor adicionado total distribuído	771.275	831.496	771.277	831.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGT3X.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

(a) **Declaração de conformidade** - As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As Demonstrações Financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2019. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. (b) **Base de mensuração** - As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. (c) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as Demonstrações Financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo. (d) **Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido

Nota 14 - Vida útil dos ativos imobilizados

Nota 20 - Provisão para riscos e outras provisões

Nota 22 - Benefícios a empregados

Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

Nota 27 - Mensuração do plano baseado em ações

Nota 36 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Mudanças nas principais políticas contábeis - A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **(a) Base de consolidação** - As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

País	Participação (%)		
	2018	2017	
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

- A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
- Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.
- Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.

(b) Moeda estrangeira - As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. **(c) Instrumentos financeiros (Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018) - (i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e mensuração** - Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente e (iii) valor justo. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado** - Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos

inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "Hedge Accounting", nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge. A Companhia designa certos instrumentos de hedge para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa. No início da relação de hedge, para a adoção do "Hedge Accounting", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de hedge resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de "Hedge Accounting" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. **(d) Caixa e equivalentes de caixa** - Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(e) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7). As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(f) Estoques** - São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **(g) Imobilizado - (i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,45
Instalações e equipamentos de produção	9,94
Móveis e utensílios	6,20
Bens de informática	4,70
Veículos	4,53
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7,31

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. **(iii) Custos subsequentes** - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(h) Ativo intangível - (i) Reconhecimento e mensuração** - A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* reconhecidos como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias os quais são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. O valor de *software*, refere-se aos *softwares* adquiridos de terceiros e gerados internamente que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Amortização** - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Descrição

Marcas e patentes	10,00
Fundo de comércio	4,99
<i>Software</i>	8,51

Os métodos de amortização as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. **(iii) Gastos subsequentes** - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(i) Redução ao valor recuperável (Impairment) - (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)** - Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros. **(j) Arrendamento mercantil - (i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento** - No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia. **(ii) Ativos arrendados** - A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante o período de vigência desses contratos. **(k) Benefícios a empregados** - A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios: **(i) Planos de benefícios definido** - Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários (planos

de benefício definido). Os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação nas Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. **(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados** - A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem. **(iii) Benefícios de curto prazo a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **(iv) Transações do plano baseado em ações** - Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O valor justo calculado na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. **(l) Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **(m) Ajuste a valor presente** - As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,73% a.m. e 0,60% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 87 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 74 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo tem como contrapartida as contas que registram seus saldos a pagar e suas reversões são registradas no resultado financeiro. **(n) Capital social - (i) Ações ordinárias** - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12. **(ii) Ações em Tesouraria** - Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. **(o) Receita operacional de venda de bens** - A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional decorrente de venda a clientes do varejo e da rede de franquias no mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(p) Subvenção e assistência governamentais** - As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos. **(q) Receitas financeiras e despesas financeiras** - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos e ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa e receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registrados no resultado através do método de juros efetivos. Durante o exercício de 2017 até 31 de dezembro de 2018 não houve capitalização de juros sobre empréstimos. **(r) Imposto de renda e contribuição social** - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis. O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 34. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **(s) Resultado por ação** - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. **(t) Informação por segmento** - Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as Demonstrações Financeiras individualizadas estão disponíveis. A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 37. **(u) Demonstração do valor adicionado** - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **(v) Novas normas e interpretações ainda não efetivas** - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não irão dotar estas normas de forma antecipada. **(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos** - A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: - a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles

sobre os novos sistemas de TI; - as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial; e - a Companhia está avaliando a forma mais apropriada para considerar o impacto fiscal de PIS e COFINS na mensuração do passivo. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. **(a) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária** - A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das lojas e Centros de Distribuição. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no valor aproximado de R\$ 65.000 a R\$ 75.000 em 1º de janeiro de 2019. Além disso, a Companhia possui fundos de comércio no montante líquido de R\$ 13.675 que são considerados, de acordo com o IFRS 16, como custos iniciais incorridos no custo de direito de uso do ativo e serão reclassificados do ativo intangível para direito de uso de ativos. **(b) Transição** - A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4. **(ii) Outras normas** - As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9); Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2)/IAS 28); Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19); Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; IFRS 17 Contratos de Seguros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Contas a receber de clientes e outros créditos** - O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos** - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. **(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos** - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. **(iv) Transações do plano baseado em ações, liquidável em ações** - O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula *Black-Scholes* para o 5º programa e Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e 1º e 2º programa do Plano de 2017. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
Caixa e bancos	34.639	40.633	35.762	41.571
Caixa e bancos - Moeda estrangeira	6.546	3.169	6.546	3.169

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras:				
Renda fixa - CDB	278.232	36.881	278.232	36.881
Renda fixa - Operações compromissadas	-	67.200	-	67.200
	319.417	147.883	320.540	148.821

A Companhia possui valores em caixa, conta corrente e aplicações financeiras em renda fixa - CDB de resgate imediato, sendo a remuneração entre 97,0% a 100,2% da variação do CDI e para operações de renda fixa - Operações compromissadas, remuneração entre 99,5% a 100,1% da variação do CDI, cujo prazo médio de vencimento é de três meses. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

A Companhia mantém R\$ 4.830 (R\$ 5.237 em 31 de dezembro de 2017) de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com rendimento de 97,00% do CDI, que serão mantidas até o vencimento, vinculados ao Plano de Benefício Hering-Prev, para equacionar o resultado deficitário existente no plano, conforme determina a legislação. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
No país	470.638	461.772	470.660	462.069
No exterior	15.232	17.876	15.232	17.876
	485.870	479.648	485.892	479.945
Ajuste a valor presente	(6.225)	(6.412)	(6.225)	(6.412)
Perdas de créditos esperadas	(20.593)	(18.207)	(20.593)	(18.207)
	(26.818)	(24.619)	(26.818)	(24.619)
	459.052	455.029	459.074	455.326

Não circulante	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
No país	8.782	7.399	8.782	7.399
	8.782	7.399	8.782	7.399
	467.834	462.428	467.856	462.725

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o ano foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	(6.412)	(6.267)
Adições	(36.057)	(46.787)
Baixas	36.244	46.642
Saldo no final do exercício	(6.225)	(6.412)

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 87 dias. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Circulante	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Adiantamento a fornecedores internos	372	180
Adiantamento a funcionários	3.591	5.492
Contas a receber plano de reforma franquias	6.668	6.847
Outros	136	220
	10.767	12.739

Não circulante	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Fomentar - Bolsa Garantia	838	838
Depósitos judiciais - Outros	2.596	2.800
Depósitos trabalhistas e cíveis	12.538	11.008
Outros	1.951	1.267
	17.923	15.913

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Produtos acabados	123.745	147.289
Produtos para revenda	69.662	66.828
Produtos em elaboração	65.586	54.311
Estoque em poder de terceiros	17.333	13.226
Matérias-primas e almoxarifado	30.999	56.775
Importações em andamento	25.800	25.345
Adiantamento a fornecedores	474	939
Provisão para ajuste a valor de realização	(13.457)	(15.178)
	320.142	349.535

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	(15.178)	(17.739)
Constituição de provisão	(6.628)	(12.980)
Reversão de provisão por venda	8.349	15.541
Saldo no final do exercício	(13.457)	(15.178)

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IPI	430	239	430	239
ICMS a recuperar (a)	40.392	30.237	40.392	30.237
ICMS a recuperar - CIAP	1.722	1.984	1.722	1.984
IRPJ e CSLL a compensar (b)	18.599	11.811	18.599	11.811
INSS a recuperar (c)	6.592	-	6.592	-
IRRF a compensar	2.571	3.627	2.571	3.627
PIS e COFINS a recuperar (d)	5.034	2.046	5.034	2.046
Outros	1.788	1.655	1.794	1.660
	77.128	51.599	77.134	51.604

Não circulante	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
IPTU (e)	2.424	2.354
ICMS a recuperar (a)	5.853	-
ICMS a recuperar - CIAP	3.517	2.990
IRRF e INSS a compensar	1.343	2.292
Outros	3.134	2.849
	16.271	10.485

(a) ICMS a recuperar - Créditos decorrentes do fluxo normal de operações da Companhia em Santa Catarina e da compra de créditos de ICMS dos estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás que serão compensados com débitos de ICMS apurados em períodos futuros. (b) IRPJ e CSLL a compensar - A Companhia recolheu imposto de renda e contribuição social com base no balancete de suspensão e redução em 2017 e 2018. Foram pagas antecipações superiores ao valor apurado no ano. Os valores recolhidos no exercício foram revertidos para esta rubrica para fins de compensação com o imposto de renda e contribuição social devidos em períodos de apuração futuros. (c) INSS a recuperar - A Companhia realizou levantamento de crédito de contribuição previdenciária patronal recolhida indevidamente sobre os valores descontados das folhas de pagamento a título de vale transporte e vale refeição do período de junho de 2013 até julho de 2018, cujo o montante será compensado com débitos de INSS de períodos futuros. (d) PIS e COFINS a recuperar - A Companhia realizou uma revisão de créditos de PIS e COFINS do período de julho de 2013 a outubro de 2018, com base no novo entendimento fixado pelo STJ Superior Tribunal de Justiça totalizando R\$ 21.753, sendo que parte do crédito já foi compensado no exercício e parte será compensado em períodos subsequentes. (e) Imposto predial e territorial urbano (IPTU) - a Companhia registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. O saldo atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2018 corresponde ao montante de R\$ 2.424, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Companhia.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

(a) Composição - A Companhia possui créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas de contribuição social do exercício corrente, sem prazo de prescrição, e das adições e exclusões temporárias, como demonstrado a seguir:

Ativo	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Prejuízos fiscais e base negativa	23.140	11.957
AVP - clientes e fornecedores	1.072	1.813
Provisão para contingências fiscais	876	942
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	7.002	6.190
Provisão para despesas administrativas	1.953	1.849
Provisão para PPR	24	8.557
Provisão para despesas comerciais	2.823	2.705
Provisão para despesas variáveis de vendas	5.600	4.993
Provisão para perda estoques obsoletos	4.235	5.160
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	4.812	4.717
Passivo atuarial benefícios a empregados	850	472
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	201	310
Outras diferenças temporárias	781	283
Total do ativo	53.369	49.948

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Controladora e Consolidado		macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. De acordo com esse plano de negócios, tais créditos serão realizados até o exercício de 2022. Periodicamente a Administração reavalia o resultado efetivo desse plano de negócio na geração de lucros tributáveis e, conseqüentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributáveis registrados. A Administração, com base em suas projeções de resultado, estima que os créditos tributários registrados serão integralmente realizados, conforme demonstrado a seguir:
	2018	2017	
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.496)	(3.616)	2019 6.828
Tributos sobre <i>hedge accounting</i>	326	-	2020 14.603
Outras diferenças temporárias	(222)	(83)	2021 23.545
Total do passivo	(3.392)	(3.699)	2022 8.393
Total líquido	49.977	46.249	53.369

O tributo sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados está sendo realizado pelo pagamento das contribuições. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. O registro do crédito tributário está suportado por projeções que demonstram que a Companhia apurará lucros tributáveis em exercícios futuros, em montantes considerados suficientes para a realização de tais valores. Tais projeções foram preparadas com base no plano futuro de negócios, elaborado pela Administração da Companhia, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 12 de dezembro de 2018. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário

2019	6.828
2020	14.603
2021	23.545
2022	8.393
	53.369

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

(b) Movimentação dos tributos diferidos no exercício

Ativo	2016	Reconhecido em		2017	Reconhecido em		2018
		Reconhecido no Resultado	Outros Resultados Abrangentes		Reconhecido no Resultado	Outros Resultados Abrangentes	
Prejuízos fiscais e base negativa	20.289	(8.332)	-	11.957	11.183	-	23.140
Tributos com exigibilidade suspensa	639	(639)	-	-	-	-	-
AVP - Clientes e fornecedores	794	1.019	-	1.813	(741)	-	1.072
Passivo atuarial benefício empregados	52	36	384	472	86	292	850
Provisões temporárias	23.442	11.954	-	35.396	(7.290)	-	28.106
Variação cambial líquida	389	(79)	-	310	(109)	-	201
	45.605	3.959	384	49.948	3.129	292	53.369
Passivo							
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.739)	123	-	(3.616)	120	-	(3.496)
Tributos sobre <i>hedge</i>	829	-	(829)	-	-	326	326
Outras diferenças temporárias	(15)	(68)	-	(83)	(139)	-	(222)
	(2.925)	55	(829)	(3.699)	(19)	326	(3.392)
Total líquido	42.680	4.014	(445)	46.249	3.110	618	49.977

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em 2018 a Companhia recebeu o saldo remanescente de empréstimo compulsório com a Eletrobrás.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	HRG Com.		Hering Internac.	
	Vest. Interm. de Serviços Finan. Ltda.	S.A. - SAFI	2018	2017
Total de ativos circulante e não circulante	1.151	2.013	3.164	2.947
Total de passivos circulante e não circulante	151	-	151	202

	HRG Com.		Hering Internac.	
	Vest. Interm. de Serviços Finan. Ltda.	S.A. - SAFI	2018	2017
Patrimônio líquido	1.000	2.013	3.013	2.745
Receitas líquidas do exercício	2.268	-	2.268	3.569
Resultado do exercício	510	14	524	2.267
Participação no capital em %	99,99%	100,00%		
Saldo no início do exercício	1.038	1.707	2.745	2.702
Dividendos	(548)	-	(548)	(2.248)
Equivalência patrimonial	510	306	816	2.291
Investimento pela equivalência patrimonial	1.000	2.013	3.013	2.745

14. ATIVO IMOBILIZADO

(a) Composição da movimentação do custo e depreciação

Custo:	Controladora e Consolidado								
	2016	Adições	Transferências (*)	Baixas	2017	Adições	Transferências	Baixas	2018
Edifícios e benfeitorias	135.765	-	(8.460)	-	127.305	30	91	(31)	127.395
Instalações e equip. produção	221.365	12.759	20.910	(1.757)	253.277	7.059	17.154	(6.658)	270.832
Móveis e utensílios	40.285	1.397	(119)	(119)	41.444	3.207	26	(799)	43.878
Bens de informática	41.022	3.466	63	(3)	44.548	4.230	148	(689)	48.237
Veículos	2.346	268	-	-	2.614	230	-	(411)	2.433
Benfeit. imóveis de terceiros	54.585	-	11.240	(803)	65.022	15	5.751	(283)	70.505
Terrenos	28.139	-	963	(91)	29.011	30	-	(46)	28.995
Imobilização em andamento	13.659	22.307	(13.236)	(40)	22.690	18.540	(23.170)	(848)	17.212
	537.166	40.197	11.361	(2.813)	585.911	33.341	-	(9.765)	609.487
Depreciação:									
Edifícios e benfeitorias	(30.836)	(3.965)	(1.563)	-	(36.364)	(4.055)	-	21	(40.398)
Instalações e equip. produção	(120.267)	(17.304)	(2.955)	1.612	(138.914)	(18.041)	-	6.169	(150.786)
Móveis e utensílios	(21.368)	(5.070)	15	107	(26.316)	(4.764)	-	724	(30.356)
Bens de informática	(28.029)	(5.422)	-	3	(33.448)	(5.174)	-	679	(37.943)
Veículos	(1.861)	(208)	-	-	(2.069)	(198)	-	354	(1.913)
Benfeit. imóveis de terceiros	(24.452)	(9.695)	-	799	(33.348)	(9.294)	-	246	(42.396)
	(226.813)	(41.664)	(4.503)	2.521	(270.459)	(41.526)	-	8.193	(303.792)

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado								
	2016	Adições	Transferências (*)	Baixas	2017	Adições	Transferências	Baixas	2018
Saldo líquido:									
Edifícios e benfeitorias	104.929	(3.965)	(10.023)	-	90.941	(4.025)	91	(10)	86.997
Instalações e equip. produção	101.098	(4.545)	17.955	(145)	114.363	(10.982)	17.154	(489)	120.046
Móveis e utensílios	18.917	(3.673)	(104)	(12)	15.128	(1.557)	26	(75)	13.522
Bens de informática	12.993	(1.956)	63	-	11.100	(944)	148	(10)	10.294
Veículos	485	60	-	-	545	32	-	(57)	520
Benfeit. imóveis de terceiros	30.133	(9.695)	11.240	(4)	31.674	(9.279)	5.751	(37)	28.109
Terrenos	28.139	-	963	(91)	29.011	30	-	(46)	28.995
Imobilização em andamento	13.659	22.307	(13.236)	(40)	22.690	18.540	(23.170)	(848)	17.212
	310.353	(1.467)	6.858	(292)	315.452	(8.185)	-	(1.572)	305.695

(*) Em 2016 foi reclassificado o montante de R\$ 6.858 para rubrica Bens destinados à venda conforme orienta o CPC 31. Em 2017 essa reclassificação foi revertida devido a não efetivação venda.

(b) **Revisão de vida útil** - Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (c) **Bens dados em garantia e penhora** - Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais no montante de R\$ 1.103 (R\$ 4.753 em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstrados na nota explicativa 19.c. (d) **Valor recuperável do ativo imobilizado** - O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

(a) Composição da movimentação do custo e amortização

	Controladora e Consolidado								
	2016	Adições	Transferências	Baixas	2017	Adições	Transferências	Baixas	2018
Custo:									
Marcas e patentes	2.952	-	-	-	2.952	-	-	-	2.952
Fundo de comércio	60.461	5.014	-	(251)	65.224	301	-	(794)	64.731
Software	126.057	2.452	4.065	(918)	131.656	3.625	5.165	(92)	140.354
Intangível em andamento software (i)	5.810	11.185	(4.065)	-	12.930	12.354	(5.165)	-	20.119
	195.280	18.651	-	(1.169)	212.762	16.280	-	(886)	228.156
Amortização:									
Marcas e patentes	(2.440)	(102)	-	-	(2.542)	(94)	-	-	(2.636)
Fundo de comércio	(37.713)	(7.094)	-	251	(44.556)	(7.294)	-	794	(51.056)
Software	(39.132)	(12.329)	-	918	(50.543)	(12.684)	-	92	(63.135)
	(79.285)	(19.525)	-	1.169	(97.641)	(20.072)	-	886	(116.827)
Saldo líquido:									
Marcas e patentes	512	(102)	-	-	410	(94)	-	-	316
Fundo de comércio	22.748	(2.080)	-	-	20.668	(6.993)	-	-	13.675
Software	86.925	(9.877)	4.065	-	81.113	(9.059)	5.165	-	77.219
Intangível em andamento software	5.810	11.185	(4.065)	-	12.930	12.354	(5.165)	-	20.119
	115.995	(874)	-	-	115.121	(3.792)	-	-	111.329

(i) Em 2017 refere-se principalmente ao desenvolvimento de software de gestão do ciclo de vida do produto. Em 2018 refere-se principalmente aos projetos em andamento Omnichannel, B2B e Depósito Fechado.

(b) **Revisão de vida útil** - Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (c) **Valor recuperável de ativos** - O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 2017 o financiamento do BNDES "Exim Pré-embarque" mantido pela Companhia totalizava o montante de R\$ 27.293. O financiamento foi liquidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários a pagar	9.372	7.369	9.372	7.369
Férias	17.344	16.972	17.344	16.972
INSS	10.966	10.921	10.966	10.921
FGTS	3.129	3.313	3.129	3.313
Outros	1.773	1.739	1.773	1.740
	42.584	40.314	42.584	40.315

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
ICMS sobre vendas	12.626	7.547	12.626	7.547
PIS e COFINS	3.051	6.889	3.051	6.901
Imposto de renda retido na fonte	2.585	2.534	2.585	2.534
Fundo Protege Goiás e FUNDERN	1.315	2.709	1.315	2.709
Outros	504	4.488	515	4.505
	20.081	24.167	20.092	24.196

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
PRODEC III - SC (a)	161	1.551	-	129
PROADI - RN (b)	11	3	-	-
Produzir (c)	-	-	-	-
Outros	-	-	633	490
	172	1.554	633	619

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável. (a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R\$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O montante utilizado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 15.514. A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual. (b) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) destinado à formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 360 meses, iniciou em outubro de 2001 e finda em 2031. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.931 (R\$ 2.914 em 31 de dezembro de 2017) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. (c) A Companhia tem direito ao Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada nos municípios de Anápolis/GO e

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

São Luís de Montes Belos/GO. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do valor do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício, no caso das operações realizadas pela unidade de Anápolis, e 2% é pago e 98% é o valor do benefício, no caso das operações realizadas pela unidade de São Luís de Montes Belos. De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. Sobre o ganho com o benefício, a Companhia também estará sujeita à contribuição para o PROTEGE Goiás em alíquotas regressivas a partir de abril de 2019, iniciando em 15%. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. Pela fruição do benefício, a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.103, composto por imóveis da Cia. Hering. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido por Lei Complementar. As subvenções para investimento e custeio (a partir de dezembro de 2017 todos as subvenções passaram a ser tratadas como investimento) decorrentes dos programas Proadi, Crédito Outorgado, Crédito Atacadista, TTD e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet, são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R\$ 118.174 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 132.637 em 31 de dezembro de 2017) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 19.453 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 17.664 em 31 de dezembro de 2017). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS. Os incentivos de Goiás usufruídos em 2018 foram caracterizados como subvenção para investimento e por conseguinte excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando numa redução de R\$ 40.283 (R\$ 45.211 em 31 de dezembro de 2017). O incentivo estadual PROADI (usufruído no Rio Grande do Norte) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R\$ 997 (R\$ 991 em 31 de dezembro de 2017). O incentivo estadual TTD e Crédito Presumido de ICMS sobre vendas pela internet (usufruído em Santa Catarina) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R\$ 5.514. O total da redução do Imposto de Renda e Contribuição Social decorrente das subvenções para investimento em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 46.794 (R\$ 51.102 em 31 de dezembro de 2017), demonstrado na nota explicativa 34. Caso a Companhia necessite efetuar investimentos em ativo fixo para cumprimento de obrigações do referido benefício fiscal, esse montante será apropriado ao resultado em função da depreciação ou amortização dos ativos relacionados. A Companhia efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais (Proadi, Lei do Vestuário, TTD e Crédito Presumido de

ICMS em SC sobre vendas pela internet), no montante de R\$ 137.628 em 2018 (R\$ 150.301 em 2017) na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24).

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Provisões para contingências:				
Trabalhistas (a)	2.420	2.450	7.042	7.108
Tributárias (b)	-	-	2.576	2.770
Cíveis (c)	-	-	4.691	4.316
	2.420	2.450	14.309	14.194
Outras provisões:				
Despesas comerciais (d)	24.865	21.532	-	-
Despesas administrativas (e)	7.326	6.262	104	104
Provisão para participação nos resultados (nota explicativa 26)	71	25.168	-	-
	32.262	52.962	104	104
Total	34.682	55.412	14.413	14.298

(a) **Trabalhistas** - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 9.794 (R\$ 8.342 em 31 de dezembro de 2017). (b) **Tributárias** - refere-se às discussões judiciais relativas ao INSS maternidade e Taxa coleta de lixo para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante e Auto de infração de IRPJ e CSLL. (c) **Cíveis** - refere-se à ação indenizatória e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 2.744 (R\$ 2.666 em 31 de dezembro de 2017). (d) **Provisão para despesas comerciais** - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas, aluguéis e provisões referente a campanhas de vendas. (e) **Provisão para despesas administrativas** - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários de consultorias e provisão de energia elétrica. Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

	Controladora e Consolidado								
	2016	Adições	Reversões	Utilização	2017	Adições	Reversões	Utilização	2018
Provisões para riscos									
Trabalhistas	6.152	6.864	(997)	(2.461)	9.558	2.051	(152)	(1.995)	9.462
Tributárias	2.667	103	-	-	2.770	89	(283)	-	2.576
Cíveis	4.089	476	-	(249)	4.316	1.347	(182)	(790)	4.691
	12.908	7.443	(997)	(2.710)	16.644	3.487	(617)	(2.785)	16.729
Outras provisões									
Despesas comerciais	19.247	142.389	-	(140.104)	21.532	153.268	-	(149.935)	24.865
Despesas administrativas	7.601	59.774	-	(61.009)	6.366	73.883	-	(72.819)	7.430
Provisão participação resultados - PPR	-	26.845	-	(1.677)	25.168	783	-	(25.880)	71
	26.848	229.008	-	(202.790)	53.066	227.934	-	(248.634)	32.366
Total	39.756	236.451	(997)	(205.500)	69.710	231.421	(617)	(251.419)	49.095

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões em conformidade com as normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 393.531 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 348.597 em 31 de dezembro de 2017). Em relação às contingências possíveis de natureza tributárias, a Companhia litiga na esfera administrativa federal relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de compensações de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 59.233 e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 227.253. Também litiga na esfera administrativa estadual de Goiás, relativo a tributo ICMS, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 14.626. No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R\$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA, cuja substituição

foi requerida em petição juntada em 25 de junho de 2018, a fim de que passasse a corresponder ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei, conforme determinação judicial. A nova fiança bancária foi contratada junto ao Banco Santander em 04 de junho de 2018, no valor de R\$ 152.321. O quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito, cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R\$ 26.916. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até 31 de dezembro de 2018 (sem o cômputo dos juros legais) resulta em R\$ 156.488 (R\$ 101.286 até 31 de dezembro de 2017). A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R\$ 124.651 (R\$ 70.718 em 31 de dezembro de 2017) e possível para R\$ 31.837 (R\$ 30.568 em 31 de dezembro de 2017).

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir: (a) **Operações com pessoal-chave da Administração** - A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27. Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Honorários da Administração	8.943	9.308	8.951	9.338
Remuneração variável	-	4.022	-	4.022
Benefícios de curto prazo	1.430	1.336	1.430	1.336
Outros (INSS)	1.790	1.862	1.790	1.862
Plano baseado em ações	3.601	3.367	3.601	3.367
	15.764	19.895	15.772	19.925

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição. **(b) Outras transações com partes relacionadas** - As transações referem-se aos contratos de mútuos com a Controlada Hering International SAFI, cujo saldo existente em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2.014 (R\$ 1.707 em 31 de dezembro de 2017). O prazo de vigência destes contratos é indeterminado. Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2018, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 3.766 (R\$ 2.915 em 31 de dezembro de 2017), reconhecido no resultado no grupo de custos. Em outubro e dezembro de 2016 ocorreram algumas operações de empréstimos para reformas de franquias para empresa franqueada relacionada a alguns Administradores da Companhia. O valor total do empréstimo e subsídio perfer o montante de R\$ 546, (R\$ 431 de financiamento e R\$ 115 de subsídio) tendo sido recebido o montante total do valor financiado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia entendeu que os termos do acordo apresentavam-se consistentes com os padrões de negócio vigentes. Em 31 de dezembro de 2018, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas. **(c) Vendas para partes relacionadas** - A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 30.516 (R\$ 36.526 em 31 de dezembro de 2017) do qual R\$ 6.275 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 11.395 em 31 de dezembro de 2017). São fornecidas garantias pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 5.246 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 17.010 em 31 de dezembro de 2017), como forma de assegurar o adimplemento de tais obrigações com a Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários, e mantém planos de assistência médica conforme descrito abaixo: **Plano de Previdência Privada** - Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano de benefício definido concede aos funcionários contribuintes o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos). Esta opção encontrava-se aberta somente para aqueles empregados inscritos no plano e elegíveis ao benefício de aposentadoria vitalícia até outubro de 2018, quando houve aprovação da alteração do Plano pela Previc que limita o benefício definido a uma parcela de empregados. Aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pagos em parcela única. O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2018 era de 251 pessoas (256 em 31 de dezembro de 2017), tendo contribuído no exercício com o montante de R\$ 975 (R\$ 1.036 no exercício anterior) e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizaram, em 31 de dezembro de 2018, 5.550 pessoas (7.503 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2018, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

(a) Saldos do plano de pensão - benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais	(40.782)	(38.406)
Valor justo dos ativos do plano	38.283	37.019
(Déficit) superávit	(2.499)	(1.387)

A movimentação do plano de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi o reconhecimento de R\$ 252 na demonstração do resultado e R\$ 860 em outros resultados abrangentes, totalizando R\$ 1.112, cuja contrapartida foi o passivo de benefícios a empregados.

(b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	38.406	33.706
Custos do serviço corrente e juros	131	112
Juros sobre obrigação atuarial	3.610	3.706
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	1.595	3.708
Benefícios pagos no ano	(2.960)	(2.826)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	40.782	38.406

(c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	37.019	33.552
Retorno esperado dos ativos do plano	3.489	3.715
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	503	2.258
Contribuições de empregador	232	320
Benefícios pagos pelo plano	(2.960)	(2.826)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	38.283	37.019

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 de dezembro de 2018 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R\$ 38.283, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R\$ 3.460. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

(d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

Em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido em despesa o montante de R\$ 252 referente aos planos de previdência (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2017).

(e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Montante acumulado em 1º de janeiro	1.185	55
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	860	1.130
Montante acumulado em 31 de dezembro	2.045	1.185

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33 (R1) e IAS19.

(f) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	130	131
Juros sobre obrigação atuarial	3.687	3.610
Rendimento esperado dos ativos	(3.460)	(3.489)
	357	252

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 245 com os planos de benefícios definidos durante o exercício de 2019.

(g) Histórico dos ajustes pela experiência

Plano de previdência	Controladora e Consolidado				
	2018	2017	2016	2015	2014
Valor presente das obrigações atuariais	(40.782)	(38.406)	(33.706)	(27.117)	(22.182)
Valor justo dos ativos do plano	38.283	37.019	33.552	27.927	23.079
Efeito do <i>asset ceiling</i>	-	-	-	(810)	(897)
(Déficit) superávit para planos cobertos	(2.499)	(1.387)	(154)	-	-
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(1.595)	(3.708)	(5.733)	(4.337)	313
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	503	2.258	4.321	4.071	284

(h) Premissas atuariais

A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida		
Taxa de desconto nominal	9,56%	9,93%
Taxa de aumento nominal do salário	5,81%	5,81%
Taxa estimada de inflação	4,40%	4,40%
Taxa de desconto nominal (despesa/receita)	9,93%	11,63%
	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	Suavizada em 10%	Suavizada em 10%

(ii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos

Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	20,4	20,4
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	20,4	20,4

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tábuas de mortalidade. As tábuas utilizadas foram: (i) Tábua de mortalidade AT-2000 Suavizada em 10%, (ii) Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas e (iii) Tábua de Mortalidade de Inválidos RRB-1944(MI). A idade de entrada em aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade de aposentadoria antecipada.

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2018 que demonstram o efeito no valor presente das obrigações de benefício definido decorrente da variação de meio ponto percentual da taxa de desconto e da variação da expectativa de sobrevida dos participantes em 1 ano, sendo um aumento de R\$ 1.727 e uma redução de R\$ 1.875 na taxa de desconto, um aumento de R\$ 857 e uma redução de R\$ 871 na tabela de mortalidade:

	Cenário Base	Previdência	
		Cenários Projetados	
		Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Impactos nas obrigações do plano de benefício definido			
Taxa de desconto	40.781	39.054	42.656
Taxa de inflação	40.781	40.781	40.781
Tabela de mortalidade (+1 -1)	40.781	41.638	39.910
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	8,83	8,66	8,99

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Gerenciamento de riscos - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, contabilizado perdas de créditos esperadas, no montante de R\$ 20.593 (R\$ 18.207 em 31 de dezembro de 2017) representativos de 4,16% do saldo de contas a receber em aberto (3,71% em 31 de dezembro de 2017), para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias. **(i) Exposição a riscos de créditos** - O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	Consolidado	
	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	320.540	148.821
Aplicações financeiras	4.830	5.237
Contas a receber de clientes	494.674	487.344
Outras contas a receber	28.690	28.652

(ii) Perdas por redução no valor recuperável - O vencimento do contas a receber na data das Demonstrações Financeiras era:

	Consolidado	
	2018	2017
Contas a receber		
À vencer	448.292	450.972
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	8.828	12.735
De 31 a 90 dias	7.680	9.805
De 91 a 180 dias	7.039	2.271
De 181 a 360 dias	10.164	3.895
Acima de 360 dias	12.671	7.666
	494.674	487.344

O movimento de perdas por créditos esperadas em relação aos recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	(18.207)	(13.529)
Adições	(8.524)	(12.361)
Baixas	6.138	7.683
Saldo no final do exercício	(20.593)	(18.207)

A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. A despesa com a constituição da provisão de perdas com créditos esperadas foi registrada na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores

creditados na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias - A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2018, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado						
	Taxa média de juros	Até 1 mês	1 a 3 meses	4 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Acima de 3 anos Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	320.540	-	-	-	-	- 320.540
Clientes e outras contas a receber	0,60%	206.797	203.767	65.357	5.134	2.968	825 484.848
Incentivos fiscais	0,32%	-	(4)	-	-	-	- (4)
Fornecedores e outras contas a pagar	0,73%	(95.431)	(97.307)	(35.521)	(133)	(56)	(116)(228.564)
		431.906	106.456	29.836	5.001	2.912	709 576.820

A Companhia possui junto à instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3(m). Os termos das operações sob risco sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo em relação aos prazos praticados para pagamento. A decisão de efetuar essa operação é única e exclusivamente do fornecedor que arca com os encargos financeiros da operação. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência a operação realizada. Em 31 de dezembro de 2018, o montante dessa operação totalizava R\$ 71.796 (R\$ 35.410 em 31 de dezembro de 2017).

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende os seguintes tipos de riscos: **(i) Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Consolidado	
	2018	2017
Instrumentos de taxa variável (Ativos financeiros)	283.062	109.318
Instrumentos de taxa variável (Passivos financeiros)	-	(27.293)
	283.062	82.025

(ii) Risco de taxa de câmbio - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A moeda nas quais estas transações são denominadas são em USD e EUR. A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2018	2017
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	6.546	3.169
Contas a receber (nota explicativa 7)	15.232	17.876
Fornecedores	(40.133)	(29.640)
Instrumentos financeiros derivativos (Notional USD 18.450 mil)	71.490	46.304
	53.135	37.709

Os instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra ou venda de dólares são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações de produto acabado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha o montante de USD 23.611 mil e EUR 949 (USD 27.507 em 31 de dezembro de 2017)

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

em cartas de crédito referentes a importações contratadas junto aos fornecedores. **(iii) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. **(iv) Outros riscos de preços** - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima. **(b) Instrumentos financeiros - valor justo** - O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	320.540	320.540	148.821	148.821
Aplicações financeiras restritas	4.830	4.830	5.237	5.237
Cientes e outras contas a receber	478.623	478.623	475.464	475.464
Empréstimos e financiamentos	-	-	(27.293)	(27.293)
Fornecedores e outras contas a pagar	(225.493)	(225.493)	(135.887)	(135.887)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	787	787	545	545
Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de hedge	(957)	(957)	-	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.
- Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2. **(c) Gestão de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se: Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

Indicadores de gestão de capital	Consolidado	
	2018	2017
Dívida curto prazo	-	(27.293)
Total da dívida	-	(27.293)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	320.540	148.821
Caixa líquido	320.540	121.528

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre. **(d) Análise de sensibilidade - (i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros** - Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração considerou como cenário provável as taxas anualizadas para o período referência. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses.

Operação	Valores R\$	Risco	%	Provável		Possível		Consolidado Remoto	
				Ganho (Perda)	%	Ganho (Perda)	%	Ganho (Perda)	%
Aplicações financeiras (*)	283.062	Baixa CDI	6,40	-	4,80	(4.529)	3,20	-	(9.058)

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2018 de aplicações em CDB e Operações compromissadas classificadas em caixa e equivalência de caixa e não circulante sujeitas à variação do CDI.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio - A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2018 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo 2018 R\$	Taxa USD	Provável		Possível		Consolidado Remoto	
			Ganho (Perda)	Taxa USD	Ganho (Perda)	Taxa USD	Ganho (Perda)	Taxa USD
Caixa em moeda estrangeira	6.546	3,8748	-	4,8435	1.637	5,8122	-	3.273
Contas a receber	15.232	3,8748	-	4,8435	3.808	5,8122	-	7.616
Fornecedores	(40.133)	3,8748	-	4,8435	(10.033)	5,8122	-	(20.067)
Instrumentos financeiros derivativos (Notional USD 18.450 mil)	71.490	3,8748	-	4,8435	17.873	5,8122	-	35.745
Exposição e ganhos e perdas líquidos	53.135		-		13.285		-	26.567

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das Demonstrações Financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2018, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" das tabelas acima. **(e) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos. As operações designadas como "hedge accounting", cujo objeto está relacionado às importações

e compras futuras de mercadorias para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia é o hedge de fluxo de caixa ("cashflow hedge"). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, as operações de derivativos (NDF - Non Deliverable Forward) mantidas pela Companhia designadas para "hedge accounting" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor justo em Aberto	Reconhecido em		
					Outros resultados abrangentes	Resultado operacional	Resultado financeiro
04/10/18	01/01/19	2.500	3,9580	(208)	(477)	10	259
21/06/18	01/02/19	3.000	3,8215	170	(151)	-	321
23/10/18	01/02/19	2.000	3,7310	293	151	-	142
21/06/18	01/03/19	1.000	3,8325	55	(50)	-	105
04/10/18	01/03/19	1.250	3,9770	(110)	(60)	-	(50)
04/10/18	01/03/19	1.250	3,9770	(110)	(110)	-	-
23/10/18	01/03/19	1.700	3,7380	252	252	-	-
04/10/18	01/04/19	1.250	3,9849	(109)	(109)	-	-
04/10/18	01/04/19	1.250	3,9849	(109)	(109)	-	-
04/10/18	01/05/19	1.625	3,9974	(147)	(147)	-	-
04/10/18	01/05/19	1.625	3,9974	(147)	(147)	-	-
		18.450		(170)	(957)	10	777

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 somaram um Nocial de USD 10.000 (cujas mercadorias foram vendidas), gerando um valor que representou um ganho de R\$ 5.568 para a Companhia, dos quais R\$ 4.072 foi reconhecido como receita em Resultado Operacional e R\$ 1.496 reconhecido como Receita Financeira. Em 01 de dezembro de 2017 foram contratadas duas operações de derivativos (NDF - *Non Deliverable Forward*) não designados para "hedge accounting". As operações eram de USD 7.000 cada com vencimento em 02 de janeiro de 2018 e 01 de fevereiro de 2018. O resultado dessas operações foi uma perda de R\$ 527 mil, sendo registrado no resultado financeiro de 2017 uma receita de R\$ 545 e no resultado financeiro de 2018 uma despesa de R\$ 1.072.

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) **Capital social** - O capital social autorizado é composto por 350.000.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado é composto por 161.843.634 ações ordinárias (incluídas as 440.675 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2018		2017	
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	16.217.782	10,0%	8.120.812	5,0%
Investimento e Participação INPASA S.A.	11.964.724	7,4%	11.964.724	7,4%
Ivo Hering	11.768.370	7,3%	11.768.370	7,3%
Dynamo Administração de Recursos Ltda.	9.317.300	5,8%	-	-
Velt Partners	8.868.000	5,5%	-	-
Somerset Capital Management	8.191.813	5,1%	-	-
Coronation Fund Managers Ltd. (*)	8.052.473	5,0%	8.052.473	5,0%
Cambuhy Investimentos Ltda.	-	-	7.576.100	4,7%
Gávea Investimentos Ltda.	-	-	5.522.022	3,4%
Outros	87.463.172	53,9%	108.839.133	67,2%
	161.843.634	100%	161.843.634	100%

(*) Gestor com sede na África do Sul.

(b) **Ações em tesouraria** - Em 01 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Novo Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia (Programa 2018 - 2019), para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", limitado a 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia, cujo prazo de encerramento é 01 de fevereiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018 as ações em tesouraria possuíam a seguinte composição:

	Quantidade (milhares)	Custo médio R\$ (*)	Custo total R\$ mil
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	-	-
Recompra de ações - Programa 2018-2019	489	14,48	7.080
Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra em 29 de agosto de 2018	(48)	14,72	(708)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	441	14,45	6.372

(*) Inclui corretagem e taxas da BM&FBovespa e CBLC.

A Companhia utilizou parte do saldo de reserva de retenção de lucros para fazer frente aos dividendos adicionais e juros sobre capital próprio deliberados no ano de 2018. Os dividendos e juros sobre capital foram distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Proventos	Valor total	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R\$)	Aprovado em	
				Aprovado em	Pago em
Dividendos	29.990	161.843	0,1853	28/03/18	15/05/18
Juros sobre o Capital Próprio	39.991	161.843	0,2471	30/05/18	27/06/18
Dividendos	39.996	161.843 (*)	0,2478	31/10/18	28/11/18
Juros sobre o Capital Próprio	39.995	161.843 (*)	0,2478	21/12/18	15/01/19
	149.972				

(*) A quantidade de ações considerada para cálculo está líquida das ações em tesouraria.

Em 2018 foram exercidas 48.125 ações do nono e décimo programa de *stock options*, a um custo médio de R\$ 15,29 totalizando um montante de R\$ 735. Para fazer frente a esse exercício de *stock options*, a Companhia utilizou parte das ações em tesouraria a um custo médio de R\$ 14,72 totalizando o montante de R\$ 708.

(c) **Reserva de capital** - Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

(d) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	239.514
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(137.628)
Base de cálculo - Reserva legal	101.886
Reserva legal 5%	(5.094)

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 2017 e 2018 parte do saldo desta reserva foi utilizada para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

• Outras reservas de lucros

Incentivos fiscais - Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos (nota explicativa 19) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

	2018	2017
Lei do Vestuário - GO	560.452	443.736
Pró-Emprego - SC	87.084	87.084
Proadi - RN	90.551	87.619
Fomentar - GO	31.750	31.750
Lucro Exploração IRPJ	29.526	29.526
Créd. Presumido Importados/Internet - SC	30.630	14.413
Produzir - GO	6.562	6.562
Crédito Atacadista - GO	4.370	2.607
Redução Reinvestimento IRPJ	336	336
	841.261	703.633

(e) **Remuneração aos acionistas** - O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 195-A e art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	239.514
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(137.628)
Base de cálculo - Reserva legal	101.886
Reserva legal 5%	(5.094)
Base de cálculo - Dividendos	96.792
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) - pagos durante o exercício	24.198
Dividendos adicionais e Juros sobre o Capital Próprio deliberados pelo Conselho de Administração	125.774
	149.972

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(f) Ajuste de avaliação patrimonial - O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi, Plano de Saúde (nota explicativa 22), instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 23) e correção monetária dos ativos imobilizados sendo este o saldo mais representativo.

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi destinado aos acionistas o montante de (i) R\$ 35.529 (líquido do IRRF no montante de R\$ 4.464) correspondente ao ano de 2018, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 30 de maio de 2018 e pago em 27 de junho de 2018; (ii) R\$ 36.457 (líquido do IRRF no montante de R\$ 3.536) correspondente ao ano de 2018, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 21 de dezembro de 2018, o pagamento será realizado em 15 de janeiro de 2019.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento

de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 2018, ocorreram pagamentos no montante de R\$ 25.880, correspondentes à participação nos resultados de 2017 e complemento da provisão no montante de R\$ 783. Em 31 de dezembro de 2018 não houve provisão em função do resultado da Companhia não ter sido suficiente para o atingimento das metas estabelecidas no programa de PPR (em 31 de dezembro de 2017 houve provisão de R\$ 25.168).

27. PROGRAMA DE STOCK OPTIONS

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía dois Plano de Opção de Compra de Ações em aberto, sendo um aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008 (Plano 2008), e um novo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 04 de dezembro de 2017 (Plano 2017). A aprovação dos programas de outorgas de ações no âmbito de cada plano é efetuada pelo Conselho de Administração da Companhia. A data de aprovação, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

	Plano de Opção de Compra de Ações							
	Plano 2008				Plano 2017			
	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º	2º
Data de aprovação	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	13/12/17	29/08/18
Quantidade de ações outorgadas	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	1.181.229
Preço de exercício - R\$/ação	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25	26,50	16,16

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições (*vesting condition*): (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário. O exercício das opções somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou com qualquer de suas controladas ou coligadas, até a data do efetivo exercício das opções. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez

permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Black & Scholes para o 5º programa, modelo Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e para 1º e 2º programa do Plano de 2017 (utilizou-se esse método pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características). O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo e consideram as seguintes premissas para precificação:

	Plano de Opção de Compra de Ações							
	Plano 2008				Plano 2017			
	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º	2º
Data da avaliação	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	13/12/17	29/08/18
Quantidade de ações	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	1.181.229
Preço de exercício	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25	26,50	16,16
Preço de fechamento	45,91	43,5	30,56	21,79	11,64	13,08	26,21	16,74
Volatilidade ao dia	2,34%	1,83%	2,36%	2,19%	2,75%	2,49%	2,67%	2,67%
Volatilidade ao ano	37,21%	29,01%	37,46%	34,63%	43,71%	39,50%	37,44%	37,43%
Dividendos esperados	4,00%	4,00%	4,00%	5,10%	5,50%	5,50%	4,70%	5,40%
Taxa de desligamento (*)	-	1,01%	1,01%	1,10%	5,00%	14,29%	-	-
Taxa de desligamento (*)	-	-	-	-	15,00%	13,64%	-	-
Market to Strike Ratio	-	2,33	2,33	2,25	2,25	2,24	2,09	2,09
Cupom de IPCA (**)	3,65%	3,83%	4,89%	6,16%	6,65%	6,13%	5,12%	5,70%
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7	7
Preço unitário da opção	17,00	11,87	8,80	5,38	3,30	2,90	7,96	5,15
Preço total	4.183	3.134	641	5.128	4.404	3.561	5.585	6.083

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros.

(**) Taxa de juros livre de risco.

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 5º ao 10º programa do Plano 2008 e 1º e 2º do Plano de 2017 foram obtidas diretamente do serviço Bloomberg. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo "Mercado de Derivativos - Taxas de Mercado para Swaps". O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*. Os períodos analisados foram:

	Plano de Opção de Compra de Ações							
	Plano 2008				Plano 2017			
	5º	6º	7º	8º	9º	10º	1º	2º
Data de início	09/05/11	30/09/10	31/08/10	23/11/11	29/07/08	26/05/09	15/03/10	08/12/10
Data de término	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	04/12/17	31/08/18

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Plano de Opção de Compra de Ações 2008, liquidável em ações (Plano 2008) - No Plano de Opção de Compra de Ações de 2008 foram emitidos dez programas de opções de ações. As ações outorgadas no primeiro, segundo e terceiro programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2018, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,24% (1,67% em 31 de dezembro de 2017).

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2018		2017	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	2.702.010	28,39	3.943.185	24,22
Opções exercidas (nota explicativa 24.a/b)	(48.125)	15,29	(938.147)	15,04
Opções canceladas	(650.661)	33,26	(303.028)	19,87
Opções em circulação no final do exercício	2.003.224	28,51	2.702.010	28,39
Opções exercíveis no final do exercício	1.351.761	34,81	1.149.372	44,08

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 2.683 (R\$ 4.497 em 31 de dezembro de 2017) referente ao valor justo do plano.

(b) Novo Plano de Opção de Compra de Ações 2017, liquidável em ações (Plano 2017) - Foi aprovado pela Cia. Hering um Novo Plano de Outorga de Opções na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. O cálculo do preço de exercício da Opção de Compra a ser pago pelos Beneficiários será definido, nos termos dos Planos de Opções, pela média ponderada por volume das negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na B3 Brasil Bolsa Balcão, nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa de Outorga de Opção de Compra pelo Conselho de Administração (Preço de Exercício), cujo preço de exercício será corrigido pelo IPC-A, desde a data de outorga da respectiva Opção de Compra até a data de exercício. As Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de sua aprovação/outorga pelo Conselho de Administração. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2018, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,08%. O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2018		2017	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	701.541	26,50	-	-
Opções outorgadas	1.181.229	16,16	701.541	26,50
Opções canceladas	(132.973)	27,49	-	-
Opções em circulação no final do exercício	1.749.797	19,99	701.541	26,50
Opções exercíveis no final do exercício	142.136	27,49	-	-

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 2.484 (R\$ 233 em 31 de dezembro de 2017) referente ao valor justo do plano.

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de venda mercado interno	1.420.492	1.480.137	1.422.896	1.483.920
Receita de venda em lojas próprias	376.218	349.725	376.218	349.725
Receita de venda mercado externo	49.631	50.275	49.631	50.275
Receita de royalties	17.478	17.627	17.478	17.627
Devoluções	(59.409)	(59.905)	(59.409)	(59.905)
Receita bruta de vendas	1.804.410	1.837.859	1.806.814	1.841.642
Ajuste a valor presente - Receita	(36.057)	(46.787)	(36.057)	(46.787)
Abatimentos e Repasse IBCC (Instituto Brasileiro de Controle do Câncer)	(2.337)	(3.647)	(2.337)	(3.647)
Impostos sobre as vendas	(228.716)	(228.673)	(228.852)	(228.887)
Deduções da receita	(267.110)	(279.107)	(267.246)	(279.321)
Receita líquida	1.537.300	1.558.752	1.539.568	1.562.321

29. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Matéria prima e material de revenda	502.014	470.169
Salários, encargos e benefícios	168.032	175.473
Depreciação	31.410	28.505
Mão-de-obra terceirizada	135.281	148.649
Energia	11.836	10.832
Outros custos	35.007	38.645
883.580	872.273	

30. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Despesas comissões s/vendas	53.637	55.803
Despesas fretes s/vendas	42.928	38.958
Despesas com pessoal	90.696	90.727
Despesas com propaganda e publicidade	57.612	52.976
Despesas com locação de imóveis	46.347	44.317
Despesas com amostras e desenv. de produtos	17.944	15.205
Despesas com viagens e estadias	11.769	7.849
Despesas com serviços de terceiros	15.790	16.981
Outras despesas	16.926	15.248
353.649	338.064	

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal	30.398	26.600	30.398	26.621
Despesas com serviços de terceiros	7.545	12.897	7.545	12.897
Despesas com propaganda institucional	1.545	1.598	1.545	1.598
Despesas com doações	411	5	411	5
Despesas com serviços de TI	3.278	3.758	3.278	3.758
Despesas com viagens	1.233	1.332	1.233	1.332
Despesas com locação	2.035	2.270	2.035	2.270
Outras despesas	2.692	2.671	2.766	2.693
49.137	51.131	49.211	51.174	

32. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	29.406	4.495	29.406	4.495
Indenização recebida de sinistro	1.083	1.117	1.083	1.117
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	942	291	942	291
Empréstimos compulsório	118	8.048	118	8.048
Cessão de serviços financeiros	4.500	-	4.500	-
Outras	3.337	5.967	3.337	5.967
39.386	19.918	39.386	19.918	

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Outras despesas operacionais									
Constituições e reversões de provisões trabalhistas e cíveis	(3.976)	(7.085)	(3.976)	(7.085)	Imposto de renda e contribuição social corrente	1.478	(18.696)	1.241	(19.090)
Plano de ações	(5.167)	(4.730)	(5.167)	(4.730)	Imposto de renda e contribuição social diferido	3.110	4.014	3.110	4.014
Avaliação atuarial de previdência	(252)	(103)	(252)	(103)	Alíquota efetiva	<u>-2%</u>	<u>5%</u>	<u>-2%</u>	<u>5%</u>
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(919)	(843)	(919)	(843)					
FUNEFTE - Goiás	(93)	-	(93)	-	(i) Refere-se aos benefícios fiscais, mencionados na nota explicativa 19. (ii) Refere-se à exclusão na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL das despesas de remunerações com pagamento baseado em ações (<i>Stock Options</i>) incorridas nos exercícios de 2015 a 2017 no montante de R\$ 12.844 decorrentes dos Programas de Opção de Compra de Ações (<i>Stock Options</i>) da Companhia. Essas exclusões referem-se ao valor justo das opções de ações que completaram seu período de carência (<i>vesting</i>) nestes exercícios, uma vez que, essas despesas tornam-se dedutíveis no momento da transferência definitiva das opções aos beneficiários. Refere-se também ao valor do crédito realizado no resultado correspondente à reversão do saldo da provisão contábil do passivo "Plano de Benefícios", no valor de R\$ 13.523, ano-calendário 2016. Esta provisão havia sido constituída em anos-calendário anteriores a 2016, sem ter sido deduzida na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, e, quando da sua reversão, ocorrida em 2016, foi equivocadamente tributada por estas exações. Após as retificações das Escriturações Contábeis Fiscais (ECFs) dos referidos períodos, foram identificados uma base a maior na apuração do lucro real e da CSLL no montante de R\$ 3.600.				
Indenizações trabalhista (b)	(9.787)	(2.207)	(9.787)	(2.207)	(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício				
Fundo Protege Goiás (c)	(16.815)	(17.624)	(16.815)	(17.624)					
Indenização Representantes	(2.614)	(3.233)	(2.614)	(3.233)					
Outras	(5.050)	(4.756)	(6.487)	(5.604)					
	<u>(44.673)</u>	<u>(40.581)</u>	<u>(46.110)</u>	<u>(41.429)</u>					

Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas (5.287) (20.663) (6.724) (21.511)

(a) Em 2018 refere-se principalmente a créditos PIS e COFINS extemporâneos. (b) Indenização trabalhista referente reorganização da estrutura. (c) Refere-se ao Fundo Protege Goiás, que corresponde ao percentual de 15% aplicado sobre o valor do incentivo fiscal utilizado pelo contribuinte conforme Lei nº 14.469 de 16 de julho de 2003.

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	15.176	20.347	15.176	20.347
Juros sobre tributos recuperados	1.079	2.343	1.079	2.343
Ajuste a valor presente	36.244	46.642	36.244	46.642
Juros recebidos e renegociados	6.444	5.075	6.444	5.075
Outras receitas	8.929	9.674	8.997	9.718
Empréstimo Compulsório	188	22.654	188	22.654
Receitas com derivativos	1.201	156	1.201	156
Varição cambial ativa, líquida	-	820	-	858
	<u>69.261</u>	<u>107.711</u>	<u>69.329</u>	<u>107.793</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(2.139)	(3.070)	(2.139)	(3.070)
Encargos financeiros sobre tributos	(490)	(524)	(490)	(524)
Ajuste a valor presente	(15.132)	(18.063)	(15.132)	(18.063)
Atualização provisões para riscos	(626)	(696)	(626)	(696)
IOF sobre operações financeiras	(80)	(70)	(80)	(70)
Tarifas bancárias e comissões	(4.994)	(4.767)	(4.994)	(4.767)
Outras despesas	(3.095)	(1.450)	(3.151)	(1.494)
Varição cambial passiva líquida	(5.805)	-	(5.513)	-
	<u>(32.361)</u>	<u>(28.640)</u>	<u>(32.125)</u>	<u>(28.684)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>36.900</u>	<u>79.071</u>	<u>37.204</u>	<u>79.109</u>

34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos correntes:				
Contribuição social	218	(5.134)	149	(5.243)
Imposto de renda	1.260	(13.562)	1.092	(13.847)
	<u>1.478</u>	<u>(18.696)</u>	<u>1.241</u>	<u>(19.090)</u>
Impostos diferidos:				
Contribuição social	355	1.068	355	1.068
Imposto de renda	2.755	2.946	2.755	2.946
	<u>3.110</u>	<u>4.014</u>	<u>3.110</u>	<u>4.014</u>

(b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido antes de impostos	234.926	278.463	235.163	278.857
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(79.875)	(94.677)	(79.955)	(94.811)
Efeito fiscal das adições e exclusões permanentes:				
Resultado de participação em controladas	277	779	277	-
Subvenção para investimento (i)	46.794	51.102	46.794	51.102
Juros sobre capital próprio	27.196	28.899	27.196	28.899
Opções Maturada - <i>Stock Options</i> 2018	1.753	-	1.753	-
Opções Maturada - <i>Stock Options</i> e Plano de Saúde (ii)	10.189	-	10.189	-
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	-	1.166	-	1.166
Outras (adições) exclusões permanentes	(1.746)	(1.951)	(1.903)	(1.432)
Imposto de renda e contribuição social	<u>4.588</u>	<u>(14.682)</u>	<u>4.351</u>	<u>(15.076)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.478	(18.696)	1.241	(19.090)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.110	4.014	3.110	4.014
Alíquota efetiva	<u>-2%</u>	<u>5%</u>	<u>-2%</u>	<u>5%</u>

(i) Refere-se aos benefícios fiscais, mencionados na nota explicativa 19. (ii) Refere-se à exclusão na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL das despesas de remunerações com pagamento baseado em ações (*Stock Options*) incorridas nos exercícios de 2015 a 2017 no montante de R\$ 12.844 decorrentes dos Programas de Opção de Compra de Ações (*Stock Options*) da Companhia. Essas exclusões referem-se ao valor justo das opções de ações que completaram seu período de carência (*vesting*) nestes exercícios, uma vez que, essas despesas tornam-se dedutíveis no momento da transferência definitiva das opções aos beneficiários. Refere-se também ao valor do crédito realizado no resultado correspondente à reversão do saldo da provisão contábil do passivo "Plano de Benefícios", no valor de R\$ 13.523, ano-calendário 2016. Esta provisão havia sido constituída em anos-calendário anteriores a 2016, sem ter sido deduzida na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, e, quando da sua reversão, ocorrida em 2016, foi equivocadamente tributada por estas exações. Após as retificações das Escriturações Contábeis Fiscais (ECFs) dos referidos períodos, foram identificados uma base a maior na apuração do lucro real e da CSLL no montante de R\$ 3.600.

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Constituição sobre adições temporárias	(8.084)	12.302
Reversão sobre exclusões temporárias	(109)	(79)
Constituição sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	11.183	(8.332)
Realização da correção monetária do ativo próprio	120	123
	<u>3.110</u>	<u>4.014</u>

35. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

(a) Lucro básico por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	239.514	263.781
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	161.844	161.248
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(147)	(127)
	<u>161.697</u>	<u>161.121</u>
Lucro básico por ação - R\$	<u>1,4812</u>	<u>1,6372</u>

(b) Lucro diluído por ação - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se refere a opção de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Consolidado	
	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	239.514	263.781
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	161.697	161.121
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	3.753	3.404
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	<u>165.450</u>	<u>164.525</u>
Lucro diluído por ação - R\$	<u>1,4476</u>	<u>1,6033</u>

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía 90 (92 em 31 de dezembro de 2017) contratos de locação para suas unidades comerciais, industriais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e à norma internacional IAS 17, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data. O tratamento contábil para esses contratos será alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.v. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

adicionais e os reajustes escalonáveis (não ajustado a valor presente), estão segregados da seguinte forma: As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
Até um ano	30.423	33.116
Acima de um ano e até cinco anos	62.757	39.486
Acima de cinco anos	-	1.124
	93.180	73.726

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional (pagamentos mínimos acrescidos de alugueis percentuais) em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2018	2017
Despesas com arrendamento mercantil operacional	53.673	51.793

37. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e Canal: Multimarca, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	2018	2017
Hering	1.319.306	1.321.317
Hering Kids	230.231	243.537
PUC	105.437	120.065
DZARM.	73.241	71.495
Outras (*)	28.968	34.953
Receita bruta mercado interno	1.757.183	1.791.367
Receita bruta mercado externo	49.631	50.275
Receita bruta total	1.806.814	1.841.642

Canal	Consolidado	
	2018	2017
Multimarcas	736.794	781.216
Franquias	619.514	632.470
Lojas próprias	344.580	320.434
Webstore	48.950	44.801
Outras (*)	7.345	12.446
Receita bruta mercado interno	1.757.183	1.791.367
Receita bruta mercado externo	49.631	50.275
Receita bruta total	1.806.814	1.841.642

(*) Considera a venda de itens de segunda linha e sobras.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da

Cia Hering

Blumenau - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

	Consolidado	
	2018	2017
Receita bruta mercado interno	1.757.183	1.791.367
Receita bruta mercado externo	49.631	50.275
Receita bruta	1.806.814	1.841.642
Deduções da receita	(267.246)	(279.321)
Receita líquida	1.539.568	1.562.321

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2018 apenas 3,22% (3,22% em 31 de dezembro de 2017) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado). Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2018 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 178.758 para danos materiais, R\$ 214.514 para lucros cessantes e R\$ 27.000 para responsabilidade civil.

39. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

DIRETORIA

Fábio Hering	- Diretor Presidente
Cristina Caresia Marques	- Diretora de Gestão de Pessoas e de Organização
Edgar de Oliveira Filho	- Diretor Industrial
Guilherme Farinelli Silva	- Diretor de Transformação Digital
Marciel Eder Costa	- Diretor Administrativo
Moacyr José Matheussi	- Diretor de Suprimentos
Rafael Bossolani	- Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Romael Soso	- Diretor de Unidade de Negócios
Ronaldo Loos	- Diretor Comercial
Thiago Hering	- Diretor de Unidade de Negócios

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering	- Presidente
Fábio Hering	- Conselheiro
Andrea Oliveira Mota Baril	- Conselheira
Claudia Worms Sciama	- Conselheira
Fabio Colletti Barbosa	- Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior	- Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior	- Conselheiro

Cleonice Ghidolin Destri - Contadora CRC-SC nº 27.477/O-4

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Benefícios a empregados	
Consulte as notas explicativas 3.k e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida aos seus funcionários. Os planos classificados como benefício definido podem gerar passivos calculados com base em premissas atuariais.</p> <p>As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, taxas de desconto, tabela de mortalidade pós-aposentadoria, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial. Devido à relevância e julgamento envolvido na determinação das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido de passivo dos planos de pensão de benefício definido da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.</p>	<p>Com o apoio dos nossos especialistas atuariais, analisamos se o estudo atuarial foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de cálculos normalmente utilizadas, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas na determinação do valor líquido de passivo de benefício definido da Companhia e comparamos essas premissas com as expectativas e informações de mercado existentes na data-base das demonstrações financeiras. Avaliamos também a análise de sensibilidade das principais premissas e adicionalmente, se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o passivo atuarial e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Realização do imposto de renda e contribuição social diferido	
Consulte as notas explicativas 3.r e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, imposto de renda diferido ativo proveniente da controladora, cuja realização está suportada por estimativas de lucro tributável futuro baseadas em estudos e orçamento preparados pela Companhia. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucros, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.</p> <p>Devido ao uso de julgamentos significativos no processo de determinação das estimativas de lucros tributáveis futuros e pelo fato de que qualquer mudança relevante nas premissas utilizadas na determinação dessas estimativas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as projeções de lucros futuros e avaliações econômico-financeiras que fundamentaram as premissas de crescimento e de rentabilidade da controladora, avaliamos se o estudo foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, se as premissas utilizadas no estudo são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, bem como a origem das premissas macroeconômicas utilizadas, especialmente em relação ao crescimento da receita e às margens de lucro. Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social que foram utilizados na constituição dos impostos diferidos ativos.</p> <p>Comparamos o resultado esperado de lucro tributável futuro, e o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos - Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos

se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

continua...



Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 15 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após um cenário de tímida recuperação econômica e eventos extraordinários - tais como, greve dos caminhoneiros, Copa do Mundo e temperaturas desfavoráveis ao calendário de coleções, o ano de 2018 apresentou-se bastante desafiador. Neste contexto, a Companhia promoveu importantes avanços na gestão, nas marcas e na execução no ponto de venda, sempre colocando o consumidor final no centro da estratégia. Adicionalmente, a Companhia promoveu a retomada gradual do SSS na rede Hering Store e manteve a operação equilibrada financeiramente, gerando R\$ 298,8 milhões em caixa livre, R\$ 158,6 milhões superior a 2017 expandindo a margem EBITDA em 0,2 p.p. e aumentando o ROIC para 22,0%.

Ao longo do ano, foi concluída a alteração da estrutura organizacional da Companhia que culminou com a criação da Diretoria de Negócios Hering e da Diretoria de Negócios Infantil e DZARM., bem como da criação da Diretoria de Transformação Digital, de modo a reforçar ainda mais o foco no consumidor, acelerar a busca por resultados e gerar valor a partir de um modelo de gestão ágil, integrado e digital.

A Companhia promoveu importantes avanços na frente de Omnicanalidade, projeto que visa integrar os canais de vendas e estoques, ampliar a experiência de compra ao proporcionar maior oferta e disponibilidade de produtos e fortalecer o contato com o consumidor. O modelo, que contempla as modalidades *Pick up in Store*, *Showrooming*, *Ship-from-Store* e *Ship-to-Store*, foi implementado para 100% das lojas próprias e pilotado para rede de franquias, com expectativa de *roll-out* para toda a rede ao longo de 2019. Importante frisar que a Companhia está na vanguarda do desenvolvimento deste modelo de negócios no Brasil, que inclui a figura de franquias e uma Câmara de Compensação, a qual visa integrar as transações de acordo com as regras de negócio estabelecidas.

Ainda no âmbito da transformação digital, a Companhia finalizou a implementação do novo portal de vendas B2B (Portal Conecta) para realizar transações comerciais e suporte à venda de produtos para clientes multimarca e franqueados. O portal já abrange 100% do território nacional e permitiu desde o segundo semestre de 2018, a reposição de compras.

A Companhia também evoluiu em sua gestão de abastecimento, buscando a otimização no sortimento de produtos através da elaboração de um *mix* assertivo para todas lojas e localidades. Esse movimento permitiu maior adesão à recomendação de compra da rede, uma melhor gestão da operação, além da redução de estoques. Adicionalmente, a Companhia expandiu a modalidade de reposição automática para itens básicos de alto giro, que passou de 73 itens para 98.

Ao longo de 2018, 46 lojas aderiram ao novo modelo de reformas. Os resultados das lojas remodeladas nesse formato - com foco no *visual merchandising* e na melhor experiência de compra - aliadas à acertada gestão e operação no ponto de venda, apresentaram crescimento superior quando comparado as demais lojas, com destaque para a retomada de fluxo de clientes.

Adicionalmente, cabe destacar a inauguração das lojas conceito **Hering Experience** no Morumbi Shopping e no Shopping Center Norte. Esse novo conceito de loja oferece uma experiência personalizada e interativa para os clientes, proporcionada por serviços e funcionalidades tecnológicas totalmente aderentes às modalidades do Omnichannel. Dentre essas evoluções destacam-se: provadores inteligentes, tótem conectado para navegação via *e-commerce*, NPS, área de customização de camisetas, ambientes instagramáveis, entre outros. Nessa direção, a Companhia também inaugurou no trimestre um novo formato de loja, denominado **Hering Basic Shop**. A loja possui metragem reduzida e modelo de operação enxuto, cujo sortimento é formado exclusivamente por básicos *best sellers* de alto giro, abastecimento inteligente a partir da reposição automática de 100% dos produtos, o que aumenta a assertividade de compra e reduz rupturas e sobras.

A Companhia encerrou o ano com 761 lojas, das quais 741 no Brasil e 20 no mercado internacional. Foram inauguradas 28 lojas e encerradas 66 unidades, parte do processo de saneamento da rede de lojas, contribuindo para a diminuição da dispersão de performance entre franquias e manutenção de uma rede mais saudável e sustentável.

Com relação às marcas, a intensificação dos investimentos em marketing apresentou resultados positivos na estratégia de aumento do engajamento com as marcas, aproximação com o público jovem e feminino e retomada do número de atendimentos nas lojas. Destacam-se as campanhas com celebridades e influenciadores digitais, além da presença de datas comemorativas como Carnaval, Dia dos Pais e Dia das Mães. Adicionalmente, a Companhia lançou a campanha "O Câncer de Mama no Alvo da Moda" em parceria com o IBCC e lançou a nova campanha "Com que Roupa eu vou?" para a coleção de Alto Verão. Já as marcas infantis, Hering Kids e PUC, seguiram com a estratégia de parcerias com outras marcas, como a Turma da Mônica, Turma do Snoopy e ilustrações da Ana Strumpf.

Por fim, a Companhia conserva o sólido perfil financeiro de compromisso com o retorno de capital através de uma rígida gestão de despesas, forte geração de caixa, balanceamento da operação e distribuição de proventos. A Companhia permanece focada em inovação tecnológica, antecipação de movimentos do mercado e na sua evolução como uma gestora de marcas com capilaridade nos canais de distribuição e produtos de alta qualidade, colocando o consumidor no centro dos negócios.

A Administração

DESTAQUES CONSOLIDADOS

R\$ mil	2018	2017	Var. 2018/2017
Receita Bruta	1.806.814	1.841.642	-1,9%
Mercado Interno	1.757.183	1.791.367	-1,9%
Mercado Externo	49.631	50.275	-1,3%
Receita Líquida	1.539.568	1.562.321	-1,5%
Lucro Bruto ^(a)	655.988	690.048	-4,9%
Margem Bruta ^(a)	42,6%	44,2%	-1,6 p.p.
Lucro Líquido	239.514	263.781	-9,2%
Margem Líquida	15,6%	16,9%	-1,3 p.p.
EBITDA ^(b)	259.557	260.937	-0,5%
Margem EBITDA ^(b)	16,9%	16,7%	0,2 p.p.
ROIC ^(c)	22,0%	20,9%	1,1 p.p.

^(a) Lucro Bruto e Margem Bruta expurgada a depreciação apropriada ao custo.

^(b) Resultado operacional antes dos juros, impostos, depreciações, amortizações e participações.

^(c) Últimos 12 meses.

DESEMPENHO DE VENDAS

Receita Bruta - R\$ mil	2018	2017	Var. 2018/2017
Receita Bruta Total	1.806.814	1.841.642	-1,9%
Mercado Interno	1.757.183	1.791.367	-1,9%
Mercado Externo	49.631	50.275	-1,3%
Receita Bruta Mercado Interno	1.757.183	1.791.367	-1,9%
Hering	1.319.306	1.321.317	-0,2%
Hering Kids	230.231	243.537	-5,5%
PUC	105.437	120.065	-12,2%
DZARM.	73.241	71.495	2,4%
Outras ⁽¹⁾	28.968	34.953	-17,1%

Participação Mercado Interno

	2018	2017	Var. 2018/2017
Multimarcas	736.794	781.216	-5,7%
Franquias	619.514	632.470	-2,0%
Lojas Próprias	344.580	320.434	7,5%
Webstore	48.950	44.801	9,3%
Outras ⁽¹⁾	7.345	12.446	-41,0%
Total	1.757.183	1.791.367	-1,9%
Multimarcas	41,9%	43,6%	-1,7 p.p.
Franquias	35,3%	35,3%	0,0 p.p.
Lojas Próprias	19,6%	17,9%	1,7 p.p.
Webstore	2,8%	2,5%	0,3 p.p.
Outras ⁽¹⁾	0,4%	0,7%	-0,3 p.p.
Total	100,0%	100,0%	-

⁽¹⁾ Considera a venda de itens de segunda linha e sobras.

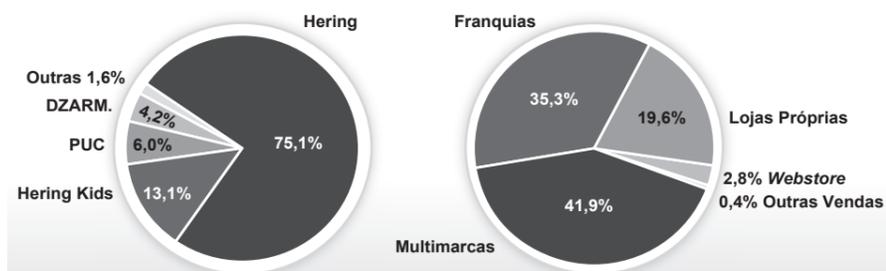
Em 2018 a receita bruta totalizou R\$ 1.806,8 milhões, queda de 1,9% em relação ao ano anterior, impactada majoritariamente por eventos extraordinários ao longo do 2º trimestre do ano, tais como: (i) greve de caminhoneiros, que impactou o abastecimento dos canais multimarca e franquias; (ii) redução de fluxo nas lojas em dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo; (iii) além de temperaturas mais altas no inverno, prejudicando as vendas das coleções frias.

As vendas das lojas próprias apresentaram crescimento de 7,5%, impulsionado pela retomada no número de atendimentos e maior produtividade das vendas. As vendas para as franquias (*sell-in*) apresentaram queda de 2,0%, apesar do desempenho positivo das vendas aos consumidores finais (*sell-out*). Vale destacar que a diferença de desempenho entre a receita *sell-in* e a *sell-out* é decorrente da evolução da estrutura de incentivos, uma vez que a partir da coleção de Alto Verão as recomendações de compras para os franqueados passaram a ser definidas com base no *sell-out* realizado no ano anterior e não mais no *sell-in*, visando manter a sustentabilidade da operação e preservar a saúde da rede ao dimensionar seus estoques *versus* as vendas realizadas para o consumidor final. Adicionalmente, o piloto das franquias relacionado ao projeto Omnichannel foi concluído em 7 lojas franqueadas ao final de 2018.

As vendas do canal multimarca apresentaram declínio de 5,7% no ano, notadamente em razão do menor pedido médio e declínio de número de clientes. No canal *e-commerce* destaca-se o crescimento de 9,3%, impulsionado pelo aumento de fluxo nas plataformas e fortalecimento dos investimentos de marketing. O mercado externo apresentou retração de 1,3%, principalmente em função do deslocamento de faturamento entre trimestres.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A Cia. Hering possui um modelo de distribuição híbrido, que possibilita que seus produtos cheguem ao consumidor final por meio de 761 lojas, 10.505 ⁽²⁾ varejistas multimarca e 5 *webstores*. Em 2018, as vendas brutas do mercado interno foram distribuídas da seguinte forma:



⁽²⁾ Considera clientes únicos e ativos nos últimos 12 meses.

REDE DE LOJAS

A Companhia encerrou o ano com 761 lojas, das quais 741 no Brasil e 20 no mercado internacional. No ano foram inauguradas 28 lojas e encerradas 66 unidades, incluindo 4 lojas próprias, principalmente da marca Hering. A Hering Kids teve sua rede reduzida em 1 loja, enquanto que a PUC, em processo de reorganização, encerrou 10 pontos de vendas. A DZARM., que ainda passa por maturação do seu canal de distribuição monomarca, permaneceu com as mesmas lojas que possuía ao final de 2017. Vale destacar a inauguração de 3 novos Espaço Hering além da primeira franquia Hering Basic Shop, já mencionada acima.

Quantidade de Lojas	2018	2017
Total	761	799
Brasil	741	779
Hering Store	579	610
Própria ^(*)	52	57
Franquia	527	553
Hering Kids	103	104
Própria ^(**)	13	13
Franquia	90	91
PUC	46	56
Própria	10	9
Franquia	36	47
DZARM.	2	2
Própria	2	2
Espaço Hering	10	7
Hering Basic Shop	1	-
Própria	-	-
Franquia	1	-
Mercado Internacional - Franquias	20	20

^(*) Não considera Espaço Hering.

^(**) As lojas híbridas deixaram de ser contabilizadas, no 3T18, como Hering Kids e foram incorporadas à Hering Store.

DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

Em 2018, as vendas da Hering Store totalizaram R\$ 1.397,0 milhão, 2,4% acima do ano anterior, enquanto que as vendas base mesmas-lojas cresceram 5,3% no mesmo período, resultado do aumento *ticket* médio.

O ritmo da implementação do novo modelo de reformas foi intensificado no 4T18, o qual tem contribuído para melhorar a produtividade das lojas através de uma melhor exposição de produtos, foco no *visual merchandising* e melhor experiência de compra. Ao longo de 2018, 46 lojas foram reformadas. Destaca-se também, a inauguração das lojas conceito Hering *Experience* no Morumbi Shopping e no Shopping Center Norte, oferecendo experiência única e interativa com o consumidor e aderência ao conceito de Omnicanalidade. Adicionalmente, a Companhia inaugurou em dezembro de 2018, um novo formato de loja nomeado Hering Basic Shop, cujo sortimento é composto exclusivamente por itens básicos de alto giro, além do baixo investimento e facilidade de operação.

Desempenho da Rede Hering Store ⁽¹⁾	2018	2017	Var. 2018/2017
Número de Lojas	579	610	-5,1%
Franquias	527	553	-4,7%
Próprias	52	57	-8,8%
Faturamento da Rede (R\$ mil)	1.397.044	1.364.861	2,4%
Franquias	1.147.159	1.133.973	1,2%
Próprias	249.885	230.888	8,2%
Área de Vendas (m ²)	77.796	83.003	-6,3%
Faturamento (R\$ por m ²)	17.958	16.443	9,2%
Atendimentos	9.820.403	10.044.184	-2,2%
Peças	21.849.255	21.670.133	0,8%
Peças por Atendimento	2,22	2,16	2,8%
Preço Médio (R\$)	63,94	62,98	1,5%
<i>Ticket</i> Médio (R\$)	142,26	135,89	4,7%
Same Store Sales - sem webstore	5,1%	-0,9%	6,0 p.p.
Same Store Sales - com webstore	5,3%	-0,7%	6,0 p.p.

⁽¹⁾ Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell-out*). Não considera *outlet* e *webstore*.

As lojas híbridas deixaram de ser contabilizadas no 3T18 como Hering Kids e foram incorporadas à Hering Store.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ mil	2018	Part. (%)	2017	Part. (%)	Var. 2018/2017
Receita Bruta de Vendas	1.806.814	117,4%	1.841.642	117,9%	-1,9%
Deduções de Venda	(267.246)	-17,4%	(279.321)	-17,9%	-4,3%
Deduções de Venda Impostos	(349.363)	-22,7%	(365.171)	-23,4%	-4,3%
Ajuste a Valor Presente	(36.057)	-2,3%	(46.787)	-3,0%	-22,9%
Deduções de Venda Incentivos	118.174	7,7%	132.637	8,5%	-10,9%
Receita Líquida de Vendas	1.539.568	100,0%	1.562.321	100,0%	-1,5%
Total CPV - Sem Depreciação e Amortização	(852.169)	-55,4%	(843.768)	-54,0%	1,0%
Custo dos Produtos Vendidos	(888.720)	-57,7%	(876.567)	-56,1%	1,4%
Ajuste a Valor Presente	17.098	1,1%	15.135	1,0%	13,0%
Subvenção para Investimentos ⁽³⁾	19.453	1,3%	17.664	1,1%	10,1%
Lucro Bruto Caixa	687.399	44,6%	718.553	46,0%	-4,3%

continua...

...continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

R\$ mil	2018	Part. (%)	2017	Part. (%)	Var. 2018/2017
Depreciação e Amortização	(31.411)	-2,0%	(28.505)	-1,8%	10,2%
Lucro Bruto	655.988	42,6%	690.048	44,2%	-4,9%
Despesas Operacionais	(458.029)	-29,8%	(490.300)	-31,4%	-6,6%
Vendas	(353.649)	-23,0%	(338.064)	-21,6%	4,6%
Empresa	(234.480)	-15,2%	(221.535)	-14,2%	5,8%
Lojas	(119.169)	-7,7%	(116.529)	-7,5%	2,3%
Perda pela não recuperabilidade de ativos	(8.524)	-0,6%	(12.361)	-0,8%	-31,0%
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(58.162)	-3,8%	(60.512)	-3,9%	-3,9%
Depreciação e Amortização	(30.187)	-2,0%	(32.684)	-2,1%	-7,6%
Participação nos Resultados	(783)	-0,1%	(25.168)	-1,6%	-96,9%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(6.724)	-0,4%	(21.511)	-1,4%	-68,7%
Lucro Operacional Antes das Financeiras	197.959	12,9%	199.748	12,8%	-0,9%
Receitas financeiras	69.329	4,5%	107.793	6,9%	-35,7%
Despesas financeiras	(32.125)	-2,1%	(28.684)	-1,8%	12,0%
Total Resultado Financeiro	37.204	2,4%	79.109	5,1%	-53,0%
Lucro Líquido antes de CSLL e IRPJ	235.163	15,3%	278.857	17,8%	-15,7%
Impostos Correntes - CSLL e IRPJ	1.241	0,1%	(19.090)	-1,2%	N.D.
Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ	3.110	0,2%	4.014	0,3%	-22,5%
Lucro Líquido	239.514	15,6%	263.781	16,9%	-9,2%
Atribuível aos acionistas controladores	239.514	15,6%	263.781	16,9%	-9,2%
Lucro Básico por Ação - R\$					
Atribuível aos acionistas controladores	1,4812		1,6372		-9,5%
EBITDA	259.557	16,9%	260.937	16,7%	-0,5%

(3) A partir de dez/2017 todas as subvenções passaram a ser tratadas como investimento.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto de 2018 atingiu R\$ 656,0 milhões, 4,9% inferior ao ano de 2017 e a margem bruta atingiu 42,6%, declínio de 1,6 p.p. O resultado foi impactado pela queda de venda, além da menor produtividade fabril em razão do declínio do volume de produção.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA do ano atingiu R\$ 259,6 milhões, enquanto que a margem EBITDA atingiu 16,9%, crescimento de 0,2 p.p. vs o mesmo período do ano anterior. Destaca-se a constante procura por ganho de produtividade e austero controle de despesas da Companhia, com queda de 6,6% nas despesas operacionais, que compensaram o declínio na venda e na margem bruta, conforme mencionado anteriormente.

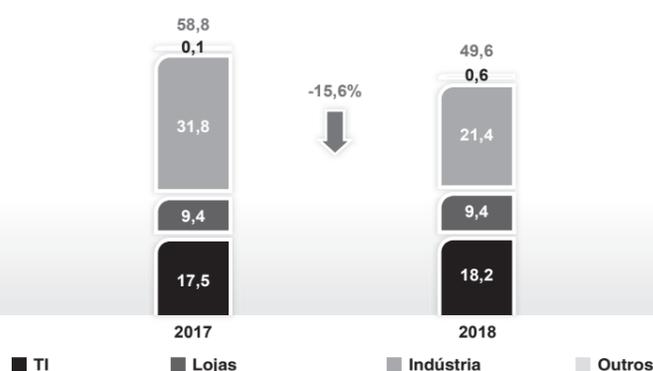
Reconciliação EBITDA - R\$ mil	2018	2017	Var. 2018/2017
Lucro Líquido	239.514	263.781	-9,2%
(+) IR e CSLL	(4.351)	15.076	N.D.
(-) Receita Financeira Líquida	(37.204)	(79.109)	-53,0%
(+) Depreciações e Amortizações	61.598	61.189	0,7%
(=) EBITDA	259.557	260.937	-0,5%
Margem EBITDA	16,9%	16,7%	0,2 p.p.

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido no ano totalizou R\$ 239,5 milhões, queda de 9,2% versus 2017, em razão da retração das vendas e da queda de R\$ 41,9 milhões do resultado financeiro, devido ao reconhecimento de receita financeira de R\$ 22,7 milhões no 3T17, proveniente de ação judicial relativa a Empréstimo Compulsório a Eletrobrás nas décadas de 80 e 90, além da queda da taxa Selic.

INVESTIMENTOS

Em 2018, os investimentos totalizaram R\$ 49,6 milhões, direcionados notadamente às (i) plantas fabris principalmente para implementação do *Sorter*, sistema automatizado de encaixotamento e distribuição de caixas no Centro de Distribuição de Anápolis, Goiás; (ii) tecnologia para evolução dos novos sistemas e suporte ao negócio e à implementação do *Omnichannel* e (iii) reforma e abertura de lojas.



GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2018 a geração de caixa foi de R\$ 298,8 milhões, R\$ 158,6 milhões superior ao mesmo período do ano anterior, influenciada pela menor necessidade de capital de giro, em função do alongamento de prazo com fornecedores, além da redução dos níveis dos estoques.

DFC Gerencial - Consolidado (R\$ mil)	2018	2017	Var.
EBITDA	259.557	260.937	(1.380)
Itens Não Caixa	16.664	18.757	(2.093)
AVP Clientes e Fornecedores	21.112	28.654	(7.542)
IR&CS Corrente	1.241	(19.090)	20.331
Investimento em Capital de Giro	49.890	(90.188)	140.078
(Aumento) em contas a receber de clientes	(13.655)	(21.835)	8.180
(Aumento) redução nos estoques	31.114	(38.888)	70.002
Aumento (redução) em fornecedores	80.737	(44.862)	125.599
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(6.430)	1.412	(7.842)
Financiamento de franquias - plano de reformas	1.273	10.148	(8.875)
Outros	(43.149)	3.837	(46.986)
CapEx	(49.621)	(58.848)	9.227
Geração de Caixa Livre	298.843	140.222	158.621

Conciliação DFC Gerencial e Contábil (R\$ mil)	2018	2017	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	362.876	250.999	111.877
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	(14.412)	(51.929)	37.517
Variáveis monetária, cambial e juros não realizados	(2.140)	(2.994)	854
Resultado Financeiro	(37.204)	(79.109)	41.905
AVP Clientes e Fornecedores	21.112	28.654	(7.542)
Juros pagos por empréstimos	3.820	1.520	2.300
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	(49.621)	(58.848)	9.227
Geração de Caixa Livre	298.843	140.222	158.621

(1) O DFC Gerencial não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS. As informações acima são preparadas para gerenciamento da Companhia e não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

(2) As provisões nas contas de Capital de Giro desta DFC foram reportadas na linha Itens Não Caixa, e que explica a diferença entre o saldo efetivo de balanço.

ENDIVIDAMENTO

A Cia. Hering encerrou o ano com caixa líquido de R\$ 320,5 milhões, conforme detalhado abaixo:

Endividamento - R\$ mil	2018	Part. (%)	2017	Part. (%)
Curto Prazo	-	0%	(27.293)	100%
Longo Prazo	-	0%	-	0%
Total da Dívida	-	0%	(27.293)	100%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	320.540		148.821	
(=) Caixa Líquido	320.540		121.528	

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos pagos relativos ao exercício de 2018 totalizaram R\$ 150,0 milhões, representando *payout* de 62,63% do lucro líquido da Companhia, conforme detalhado abaixo:

Proposta de distribuição de dividendos	R\$ milhões	R\$ por ação (1)	Aprovado em	Data base	Pago em
Dividendos	30,0	0,1853	28/03/18	09/04/18	15/05/18
Juros Sobre o Capital Próprio	40,0	0,2471	30/05/18	07/06/18	27/06/18
Dividendos	40,0	0,2478	31/10/18	08/11/18	28/11/18
Juros Sobre o Capital Próprio	40,0	0,2478	21/12/18	03/01/19	15/01/19
Proventos pagos	150,0	0,9280			
Lucro líquido do exercício - controladora	239,5				
Payout ratio	62,63%				

(1) Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.

PROGRAMA DE RECOMPRA

O programa de recompra de ações que autorizava a aquisição de até 5 milhões de ações, correspondendo a 4,02% do total de ações em circulação (*free float*) foi encerrado em 01.02.2019. Do total, foram recompradas 488.800 ações, ao preço médio de R\$ 14,48, somando R\$ 7,1 milhões.

RECONHECIMENTOS

Em 2018, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação, dentre elas:

- 500 Maiores do Sul (Revista Amanhã em parceria com a PWC)
- As 60 Marcas Mais Valiosas do Brasil (Bloomberg)
- Cia. Hering é Destaque Empresarial do Ano (ABIT)
- Eficiência Logística (Infraero)
- Empresa de moda que mais respeita o consumidor (revista Consumidor Moderno em parceria com a Cromia Solutions)
- Empresas com melhor reputação do Brasil (Revista Exame em parceria com a MERCOS)
- Empresas Mais do Estadão (Estadão em parceria com a Austin Rating e FIA)
- Época Negócios (Revista Época Negócios em parceria com a Fundação Dom Cabral, Boa Vista e Economatica)
- Excelência em Franchising (ABF)
- Hering é reconhecida no estudo Marcas Mais do Estadão (Jornal O Estado de S. Paulo em parceria com Troiano Branding)
- Melhores e Maiores (Exame)
- Melhores Franquias do Brasil (Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios em parceria com a Serasa Experian)
- Top Mind of 2018 (Portal El Hombre)
- Veja 50 Anos (Revista Veja)

COLABORADORES

Ao longo de 2018 a Companhia aprimorou suas ações de gestão de pessoas, com a implementação de um novo modelo organizacional orientado por unidades de negócio, aumentando a velocidade de resposta ao consumidor.

A Companhia fortaleceu seu planejamento de pessoas através do mapeamento de sucessores para todas as posições de liderança da Companhia, bem como investimentos na contratação de uma nova turma de Jovens Empreendedores - *trainees*, com o objetivo de aumentar o *pipeline* de futuros líderes na Organização.

A Companhia buscou fortalecer a cultura organizacional através de ações que reforcem as competências de liderança e inovação. Concluiu, também, o programa de educação executiva desenvolvido em parceria com instituição de ensino renomada de São Paulo, com o objetivo de reforçar a atuação Estratégica dos seus líderes. O desenvolvimento contínuo foi uma estratégia de aceleração de carreira, que impactou em mais de 50% de aproveitamento interno nas posições de liderança. Além do Programa Jovens Empreendedores - *trainees*, a Companhia fomentou a busca por jovens talentos com o novo programa de estágio e jovens aprendizes.

A Companhia também investiu no fortalecimento de seu posicionamento como marca empregadora para profissionais do mercado, com o crescimento de 65% de sua base de seguidores do LinkedIn, atingindo 174.000 pessoas ao final de 2018. A Companhia finalizou o ano com 6.319 colaboradores.

ORÇAMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2019, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM em 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital - 2019	
Investimentos	R\$ mil
Tecnologia da Informação	17.864
Lojas	16.608
Industrial	13.058
Logística	3.874
Outros	967
Total Geral	52.371

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2018, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

continua...

...continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado		
		2018	2017	2018	2017			2018	2017	2018	2017	
Circulante						Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	319.417	147.883	320.540	148.821	Empréstimos e financiamentos	16	-	27.293	-	27.293	
Contas a receber de clientes	7	459.052	455.029	459.074	455.326	Fornecedores		207.909	127.172	207.909	127.172	
Estoques	9	320.142	349.535	320.142	349.535	Salários e encargos sociais	17	42.584	40.314	42.584	40.315	
Impostos a recuperar	10	77.128	51.599	77.134	51.604	Parcelamentos tributários e previdenciários		976	959	976	959	
Outras contas a receber	8	10.767	12.739	10.767	12.739	Imposto de renda e contribuição social a pagar		7	7	63	83	
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	545	-	545	Obrigações tributárias	18	20.081	24.167	20.092	24.196	
Despesas antecipadas		1.665	1.120	1.665	1.120	Provisões para contingências	20	2.420	2.450	2.420	2.450	
		1.188.171	1.018.450	1.189.322	1.019.690	Outras provisões	20	32.262	52.962	32.262	52.962	
						Obrigações por incentivos fiscais	19	172	1.554	172	1.554	
Não circulante						Dividendos e juros de capital próprio a pagar	24.e	40.726	740	40.726	740	
Aplicações financeiras restritas	6	4.830	5.237	4.830	5.237	Partes relacionadas	21	2.014	1.707	-	-	
Impostos a recuperar	10	16.271	10.485	16.271	10.485	Instrumentos financeiros derivativos	23	170	-	170	-	
Impostos diferidos	11	49.977	46.249	49.977	46.249	Outras contas a pagar		17.499	8.619	17.499	8.622	
Contas a receber de clientes	7	8.782	7.399	8.782	7.399		366.820	287.944	364.873	286.346		
Outras contas a receber	8	17.923	15.913	17.923	15.913	Não circulante						
Empréstimo compulsório	12	-	2.614	-	2.614	Parcelamentos tributários e previdenciários		1.550	2.505	1.550	2.505	
Investimentos empresas controladas	13	3.013	2.745	-	-	Provisões para contingências	20	14.309	14.194	14.309	14.194	
Imobilizado	14	305.695	315.452	305.695	315.452	Outras provisões	20	104	104	104	104	
Intangível	15	111.329	115.121	111.329	115.121	Benefícios a empregados	22	2.499	1.387	2.499	1.387	
		517.820	521.215	514.807	518.470	Obrigações por incentivos fiscais	19	633	619	633	619	
						Outras contas a pagar		-	-	85	93	
						Patrimônio líquido	24					
						Capital social		369.618	369.618	369.618	369.618	
						Reserva de capital		35.982	30.815	35.982	30.815	
						Ações em tesouraria		(6.372)	-	(6.372)	-	
						Reservas de lucros		914.694	825.458	914.694	825.458	
						Ajuste de avaliação patrimonial		6.154	7.021	6.154	7.021	
						Atribuído aos acionistas controladores		1.320.076	1.232.912	1.320.076	1.232.912	
		1.705.991	1.539.665	1.704.129	1.538.160			1.705.991	1.539.665	1.704.129	1.538.160	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	28	1.537.300	1.558.752	1.539.568	1.562.321
Custo dos produtos vendidos	29	(883.580)	(872.273)	(883.580)	(872.273)
Lucro bruto		653.720	686.479	655.988	690.048
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	30	(353.649)	(338.064)	(353.649)	(338.064)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23.a.iii	(8.524)	(12.361)	(8.524)	(12.361)
Administrativas e gerais	31	(49.137)	(51.131)	(49.211)	(51.174)
Honorários da administração	21	(8.943)	(9.308)	(8.951)	(9.338)
Depreciação e amortização		(30.187)	(32.683)	(30.187)	(32.684)
Participação nos resultados	26	(783)	(25.168)	(783)	(25.168)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	32	(5.287)	(20.663)	(6.724)	(21.511)
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		197.210	197.101	197.959	199.748
Receitas financeiras	33	69.261	107.711	69.329	107.793
Despesas financeiras	33	(32.361)	(28.640)	(32.125)	(28.684)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		36.900	79.071	37.204	79.109
Equivalência patrimonial	13	816	2.291	-	-
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		234.926	278.463	235.163	278.857
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	1.478	(18.696)	1.241	(19.090)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	3.110	4.014	3.110	4.014
Lucro líquido do exercício		239.514	263.781	239.514	263.781
Atribuído aos:					
Acionistas controladores		239.514	263.781	239.514	263.781
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores - R\$					
Básico	35			1,4812	1,6372
Diluído	35			1,4476	1,6033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício		239.514	263.781	239.514	263.781
Outros resultados abrangentes					
Itens que não serão reclassificados para o resultado:					
Benefícios a empregados - plano de previdência privada, líquido de tributos	22	(568)	(747)	(568)	(747)
		(568)	(747)	(568)	(747)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:					
Valor justo de instrumento financeiro de hedge de fluxo de caixa, líquido de tributos	23	(632)	-	(632)	-
		(632)	-	(632)	-
Resultado abrangente do exercício		238.314	263.034	238.314	263.034
Total do resultado abrangente atribuído aos:					
Acionistas controladores		238.314	263.034	238.314	263.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado									
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial Outros resultados abrangentes	Total do patrimônio líquido
			Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2016	359.424	26.085	554.524	38.273	230.067	(4.614)	-	5.648	1.209.407	
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde	-	-	-	-	-	-	-	(747)	(747)	
Transferência dos ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	747	-	
Plano de remuneração por ações	-	4.730	-	-	-	-	-	-	4.730	
Ações em tesouraria vendidas	-	-	-	-	575	4.614	-	-	5.189	
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	237	(237)	-	
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	1.610	1.610	
Dividendos adicionais propostos 2016 pagos 2017 com reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(74.998)	-	-	-	(74.998)	
Aumento de capital com reserva de incentivos fiscais	1.269	-	(1.269)	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital pelo exercício de stock options	8.925	-	-	-	-	-	-	-	8.925	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	263.781	-	263.781	
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	13.189	-	-	(13.189)	-	-	
Reserva de incentivos fiscais	-	-	150.378	-	-	-	(150.378)	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(99.990)	-	(99.990)	
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(84.995)	-	(84.995)	
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(85.281)	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	369.618	30.815	703.633	51.462	70.363	-	85.281	7.021	1.232.912	
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada e saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	(568)	(568)	
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	568	-	
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	5.167	-	-	-	-	-	-	5.167	
Ações em tesouraria adquiridas (nota explicativa 24.b)	-	-	-	-	-	(7.080)	-	-	(7.080)	
Ações em tesouraria vendidas (nota explicativa 24.b)	-	-	-	-	27	708	-	-	735	
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	235	(235)	-	
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - hedge accounting (nota explicativa 23.e)	-	-	-	-	-	-	-	(632)	(632)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	239.514	-	239.514	
Destinações:										
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	5.094	-	-	(5.094)	-	-	
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	137.628	-	-	-	(137.628)	-	-	
Dividendos (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	-	-	(69.986)	-	(69.986)	
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 25)	-	-	-	-	-	-	(79.986)	-	(79.986)	
Utilização de reserva de retenção de lucros para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(53.513)	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	369.618	35.982	841.261	56.556	16.877	(6.372)	-	6.154	1.320.076	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)				
Notas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	239.514	263.781	239.514	263.781
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	34	(3.110)	(3.110)	(4.014)
Variáveis monetária, cambial e juros não realizados		2.140	2.140	2.994
Depreciação e amortização	14 e 15	61.598	61.598	61.189
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	23	8.524	8.524	12.361
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	14	1.572	1.572	292
Plano de opção de compra de ações (Reversão) líquida de constituição de provisão para ajuste a valor de realização estoques	27	5.167	5.167	4.730
9	(1.721)	(2.561)	(1.721)	(2.561)
(Reversão) líquida de constituição de provisão para contingências	20	2.870	2.870	6.446
Benefícios a empregados	22	252	252	103
Empréstimo compulsório		-	-	(2.614)
Equivalência patrimonial	13	(816)	-	-
Variáveis nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes		(13.930)	(13.655)	(21.835)
Estoque		31.114	(38.888)	31.114
Impostos a recuperar		(31.315)	(12.101)	(31.316)
Outros ativos		2.575	1.583	2.576
Fornecedores		80.737	(44.862)	80.737
Contas a pagar e provisões		(13.123)	26.241	(13.136)
Imposto de renda e contribuição social IRPJ e CSLL pagos		992	11.175	972
Obrigações tributárias		(6.392)	(11.171)	(992)
Dividendos recebidos	13	548	2.248	-
Juros pagos por empréstimos		(3.820)	(1.520)	(1.520)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
	362.384	252.828	362.876	250.999
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisições de ativo imobilizado	14	(33.341)	(33.341)	(40.197)
Aquisições de ativo intangível	15	(16.280)	(18.651)	(18.651)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento				
	(49.621)	(58.848)	(49.621)	(58.848)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		8.925	-	8.925
Aplicações financeiras		407	(413)	(413)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(109.986)	(259.870)	(109.986)
Pagamentos de empréstimos		(25.612)	(1.916)	(25.612)
Aquisição de ações para tesouraria	24.b	(7.080)	-	(7.080)
Alienação de ações em tesouraria, pelo exercício de opção de compra	24.b	735	5.189	735
Partes relacionadas		307	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento				
	(141.229)	(248.085)	(141.536)	(248.085)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
	171.534	(54.105)	171.719	(55.934)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	147.883	201.988	148.821	204.755
No fim do exercício	319.417	147.883	320.540	148.821
	171.534	(54.105)	171.719	(55.934)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
(a) Declaração de conformidade - As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As Demonstrações Financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2019. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. **(b) Base de mensuração** - As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. **(c) Moeda funcional e moeda de apresentação** - As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as Demonstrações Financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo. **(d) Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e BRGAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:
Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido
Nota 14 - Vida útil dos ativos imobilizados
Nota 20 - Provisão para riscos e outras provisões
Nota 22 - Benefícios a empregados
Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros
Nota 27 - Mensuração do plano baseado em ações
Nota 36 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
Mudanças nas principais políticas contábeis - A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, os quais não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas também não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia. **(a) Base de consolidação** - As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem as Demonstrações Financeiras da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

País	Participação (%)	
	2018	2017
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	100,00	100,00

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:
• A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.
• Todos os saldos intragrupo, receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.
• Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que correspondem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
• Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
(b) Moeda estrangeira - As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de Reais)				
2018	Controladora		Consolidado	
	2017	2018	2017	2018
Receitas				
Vendas de mercadoria (receita bruta)	1.804.410	1.837.859	1.806.814	1.841.642
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(8.524)	(12.361)	(8.524)	(12.361)
	1.795.886	1.825.498	1.798.290	1.829.281
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(304.014)	(308.056)	(304.150)	(308.276)
Custos das mercadorias vendidas	(289.373)	(250.766)	(289.373)	(250.766)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(439.859)	(484.235)	(441.377)	(485.157)
	(1.033.246)	(1.043.057)	(1.034.900)	(1.044.199)
Retenções				
Depreciação e amortização	(61.598)	(61.189)	(61.598)	(61.189)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	701.042	721.252	701.792	723.893
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	816	2.291	-	-
Receitas financeiras	69.261	107.711	69.329	107.793
Aluguéis	156	242	156	242
	70.233	110.244	69.485	108.035
	771.275	831.496	771.277	831.928
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	211.642	230.476	211.642	230.476
Benefícios	25.683	25.153	25.683	25.153
F.G.T.S.	15.466	16.008	15.466	16.008
	252.791	271.637	252.791	271.637
Tributos				
Federais	142.471	172.918	142.709	173.312
Estaduais	50.066	42.564	50.066	42.564
Municipais	2.122	2.025	2.122	2.025
	194.659	217.507	194.897	217.901
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	2.140	3.071	2.140	3.071
Aluguéis	54.023	52.258	54.023	52.258
Outros	28.148	23.242	27.912	23.280
	84.311	78.571	84.075	78.609
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	79.986	84.995	79.986	84.995
Dividendos	69.986	99.990	69.986	99.990
Lucros retidos	89.542	78.796	89.542	78.796
	239.514	263.781	239.514	263.781
	771.275	831.496	771.277	831.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado. **(c) Instrumentos financeiros (Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)** - **(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e mensuração** - Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente e mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de resultado abrangente e (iii) valor justo. Para definir a classificação dos ativos financeiros de acordo com a norma CPC 48 / IFRS 9, a Companhia avaliou o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 são classificados da seguinte forma: **Custo amortizado** - Ativos financeiros mantidos pela Companhia para obter fluxos de caixa contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos (quando aplicável) e são avaliados por *impairment* a cada data de balanço. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado, bem como qualquer ganho ou perda no desreconhecimento. São classificados nessa categoria caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, com as variações reconhecidas no resultado financeiro. **(ii) Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **(iii) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "Hedge Accounting", nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de hedge. A Companhia designa certos instrumentos de hedge para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como hedge de fluxo de caixa. No início da relação de hedge, para a adoção do "Hedge Accounting", a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de hedge resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio não são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo. A contabilização de "Hedge Accounting" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidas quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumuladas e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento. A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. **(d) Caixa e equivalentes de caixa** - Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **(e) Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7). As perdas de créditos esperadas foram constituídas em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **(f) Estoques** - São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade produtiva. As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas sempre que identificados. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. **(g) Imobilizado** - **(i) Reconhecimento e mensuração** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **(ii) Depreciação** - A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	31,45
Instalações e equipamentos de produção	9,94
Móveis e utensílios	6,20
Bens de informática	4,70
Veículos	4,53
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7,31

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (iii) Custos subsequentes - O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (h) Ativo intangível - (i) Reconhecimento e mensuração - A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e software reconhecidos como ativos intangíveis. O valor de marcas e patentes refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. O fundo de comércio, refere-se ao registro dos pontos comerciais das lojas próprias os quais são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. O valor de software, refere-se aos softwares adquiridos de terceiros e gerados internamente que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. (ii) Amortização - Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Table with 2 columns: Descrição, Valor. Rows include: Marcas e patentes (10,00), Fundo de comércio (4,99), Software (8,51)

Os métodos de amortização das vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (iii) Custos subsequentes - Os custos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros custos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (i) Redução ao valor recuperável (Impairment) - (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis) - Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros. (j) Arrendamento mercantil - (i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento - No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento. No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de redução incremental da Companhia. (ii) Ativos arrendados - A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador. Os pagamentos são contabilizados no resultado do exercício, de forma linear, durante o período de vigência desses contratos. (k) Benefícios a empregados - A Companhia concede a seus administradores, executivos e colaboradores, diversos benefícios usuais de mercado. A fim de melhor alinhar os interesses dos administradores, executivos e da equipe de colaboradores, a Companhia concede também os seguintes benefícios: (i) Planos de benefícios definido - Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação nas Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximam das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custo mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (vested). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado. Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (assets ceiling) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no exercício em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em exercícios subsequentes. A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes. (ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados - A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem. (iii) Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (iv) Transações do plano baseado em ações - Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas. O valor justo calculado na data de entrega dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. (i) Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação "legal" ou "não formalizada", presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. (m) Ajuste a valor presente - As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,73% a.m. e 0,60% a.m., respectivamente. Tais índices representam a taxa SELIC do período nas operações de compras e taxa de desconto no pagamento antecipado nas operações de venda. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 87 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 74 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia. O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pelo prazo do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo tem como contrapartida as contas que registram seus saldos a pagar e suas reversões são registradas no resultado financeiro. (n) Capital social - (i) Ações ordinárias - Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12. (ii) Ações em Tesouraria - Instrumentos patrimoniais próprios que são adquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. (o) Receita operacional de venda de bens - A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; e (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho. Sendo assim, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional decorrente de venda a clientes do varejo e da rede de franquias no mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são re-

conhecidas. (p) Subvenção e assistência governamentais - As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos. (q) Receitas financeiras e despesas financeiras - As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos e ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa e receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registrados no resultado através do método de juros efetivos. Durante o exercício de 2017 até 31 de dezembro de 2018 não houve capitalização de juros sobre empréstimos. (r) Imposto de renda e contribuição social - Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis. O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa 34. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. (s) Resultado por ação - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33. (t) Informação por segmento - Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as Demonstrações Financeiras individualizadas estão disponíveis. A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na nota explicativa 37. (u) Demonstração do valor adicionado - A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. (v) Novas normas e interpretações ainda não efetivas - Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas não adotaram essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não irão dotar estas normas de forma antecipada. (i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos - A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: - a Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; - as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial; e - a Companhia está avaliando a forma mais apropriada para considerar o impacto fiscal de PIS e COFINS na mensuração do passivo. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendatário permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. (a) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária - A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das Lojas e Centros de Distribuição. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá ativos de direito de uso e obrigações de arrendamento no valor aproximado de R\$ 65.000 a R\$ 75.000 em 1º de janeiro de 2019. Além disso, a Companhia possui fundos de comércio no montante líquido de R\$ 13.675 que são considerados, de acordo com o IFRS 16, como custos iniciais incorridos no custo de direito de uso do ativo e serão reclassificados do ativo intangível para direito de uso de ativos. (b) Transição - A Companhia pretende aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1)/IAS 17 e a ICP 03/IFRIC 4. (ii) Outras normas - As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia: IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro; Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9); Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)/IAS 28); Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33/IAS 19); Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas; Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; IFRS 17 Contratos de Seguros. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO - Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas a respeito de ativo ou passivo. (i) Contas a receber de clientes e outros créditos - O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseado-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. (iii) Ativos e passivos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. (iv) Transações do plano baseado em ações, liquidável em ações - O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes para o 5º programa e Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e 1º e 2º programa do Plano de 2017. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo. Os efeitos do plano baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - Table with 4 columns: Circulante, Controladora, 2018, 2017, Consolidado, 2018, 2017. Rows include: Caixa e bancos (34.639, 40.633, 35.762, 41.571), Caixa e bancos - Moeda estrangeira (6.546, 3.169, 6.546, 3.169), Aplicações financeiras: Renda fixa - CDB (278.232, 36.881, 278.232, 36.881), Renda fixa - Operações comprometidas (-, 67.200, -, 67.200), Total (319.417, 147.883, 320.540, 148.821)

A Companhia possui valores em caixa, conta corrente e aplicações financeiras em renda fixa - CDB de resgate imediato, sendo a remuneração entre 97,0% a 100,2% da variação do CDI e para operações de renda fixa - Operações comprometidas, remuneração entre 99,5% a 100,1% da variação do CDI, cujo prazo médio de vencimento é de três meses. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS - A Companhia mantém R\$ 4.830 (R\$ 5.237 em 31 de dezembro de 2017) de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com rendimento de 97,00% do CDI, que serão mantidas até o vencimento, vinculados ao Plano de Benefício Hering-Prev, para equacionar o resultado deficitário existente no plano, conforme determina a legislação. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado		Não circulante	Controladora e Consolidado	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017
Circulante							
No país	470.638	461.772	470.660	462.069		2.424	2.354
No exterior	15.232	17.876	15.232	17.876		5.853	-
	485.870	479.648	485.892	479.945		3.517	2.990
Ajuste a valor presente	(6.225)	(6.412)	(6.225)	(6.412)		1.343	2.292
Perdas de créditos esperadas	(20.593)	(18.207)	(20.593)	(18.207)		3.134	2.849
	(26.818)	(24.619)	(26.818)	(24.619)		16.271	10.485
	459.052	455.029	459.074	455.326			
Não circulante							
No país	8.782	7.399	8.782	7.399			
	8.782	7.399	8.782	7.399			
	467.834	462.428	467.856	462.725			

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o ano foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	(6.412)	(6.267)
Adições	(36.057)	(46.787)
Baixas	36.244	46.642
Saldo no final do exercício	(6.225)	(6.412)

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 87 dias. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Circulante		
Adiantamento a fornecedores internos	372	180
Adiantamento a funcionários	3.591	5.492
Contas a receber plano de reforma franquias	6.668	6.847
Outros	136	220
	10.767	12.739
Não circulante		
Fomentar - Bolsa Garantia	838	838
Depósitos judiciais - Outros	2.596	2.800
Depósitos trabalhistas e civis	12.538	11.008
Outros	1.951	1.267
	17.923	15.913

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Produtos acabados	123.745	147.289
Produtos para revenda	69.662	66.828
Produtos em elaboração	65.586	54.311
Estoque em poder de terceiros	17.333	13.226
Matérias-primas e almoxarifado	30.999	56.775
Importações em andamento	25.800	25.345
Adiantamento a fornecedores	474	939
Provisão para ajuste a valor de realização	(13.457)	(15.178)
	320.142	349.535

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Produtos acabados	123.745	147.289
Produtos para revenda	69.662	66.828
Produtos em elaboração	65.586	54.311
Estoque em poder de terceiros	17.333	13.226
Matérias-primas e almoxarifado	30.999	56.775
Importações em andamento	25.800	25.345
Adiantamento a fornecedores	474	939
Provisão para ajuste a valor de realização	(13.457)	(15.178)
	320.142	349.535

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Saldo no início do exercício	(15.178)	(17.739)
Constituição de provisão	(6.628)	(12.980)
Reversão de provisão por venda	8.349	15.541
Saldo no final do exercício	(13.457)	(15.178)

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
IPI	430	239	430	239
ICMS a recuperar (a)	40.392	30.237	40.392	30.237
ICMS a recuperar - CIAP	1.722	1.984	1.722	1.984
IRPJ e CSLL a compensar (b)	18.599	11.811	18.599	11.811
INSS a recuperar (c)	6.592	-	6.592	-
IRRF a compensar	2.571	3.627	2.571	3.627
PIS e COFINS a recuperar (d)	5.034	2.046	5.034	2.046
Outros	1.788	1.655	1.794	1.660
	77.128	51.599	77.134	51.604

(b) Movimentação dos tributos diferidos no exercício

	Reconhecido no Resultado		Reconhecido em Outros Resultados Abrangentes		Controladora e Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativo						
Prejuízos fiscais e base negativa	20.289	(8.332)	-	11.957	11.183	23.140
Tributos com exigibilidade suspensa	639	(639)	-	-	-	-
AVP - Clientes e fornecedores	794	1.019	-	1.813	(741)	1.072
Passivo atuarial benefício empregados	52	36	384	472	86	850
Provisões temporárias	23.442	11.954	-	35.396	(7.290)	28.106
Variação cambial líquida	389	(79)	-	310	(109)	201
	45.605	3.959	384	49.948	3.129	292
Passivo						
Tributos sobre correção monetária imobilizado	(3.739)	123	-	(3.616)	120	(3.496)
Tributos sobre hedge	829	-	(829)	-	-	326
Outras diferenças temporárias	(15)	(68)	-	(83)	(139)	(222)
	(2.925)	55	(829)	(3.699)	(19)	(3.392)
Total líquido	42.680	4.014	(445)	46.249	3.110	49.977

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em 2018 a Companhia recebeu o saldo remanescente de empréstimo compulsório com a Eletrobrás.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	HRG Com. Vest. Intern. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	2018	2017
Total de ativos circulante e não circulante	1.151	2.013	3.164	2.947
Total de passivos circulante e não circulante	151	-	151	202
Patrimônio líquido	1.000	2.013	3.013	2.745
Receitas líquidas do exercício	2.268	-	2.268	3.569
Resultado do exercício	510	14	524	2.267
Participação no capital em %	99,99%	100,00%		
Saldo no início do exercício	1.038	1.707	2.745	2.702
Dividendos	(548)	-	(548)	(2.248)
Equivalência patrimonial	510	306	816	2.291
Investimento pela equivalência patrimonial	1.000	2.013	3.013	2.745

14. ATIVO IMOBILIZADO

(a) Composição da movimentação do custo e depreciação

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo:				
Edifícios e benfeitorias	135.765	-	(8.460)	-
Instalações e equip. produção	221.365	12.759	20.910	(1.757)
Móveis e utensílios	40.285	1.397	(119)	(119)
Bens de informática	41.022	3.466	63	(3)
Veículos	2.346	268	-	-
Benfeit. imóveis de terceiros	54.585	-	11.240	(803)
Terrenos	28.139	-	963	(91)
Imobilização em andamento	13.659	22.307	(13.236)	(40)
	537.166	40.197	11.361	(2.813)
Depreciação				

continua...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2016				2017				Controladora e Consolidado	
		Adições	Transferências (*)	Baixas		Adições	Transferências	Baixas	2018	
Depreciação:										
Edifícios e benfeitorias	(30.836)	(3.965)	(1.563)	-	(36.364)	(4.055)	-	21	(40.398)	
Instalações e equip. produção	(120.267)	(17.304)	(2.955)	1.612	(138.914)	(18.041)	-	6.169	(150.786)	
Móveis e utensílios	(21.368)	(5.070)	15	107	(26.316)	(4.764)	-	724	(30.356)	
Bens de informática	(28.029)	(5.422)	-	3	(33.448)	(5.174)	-	679	(37.943)	
Veículos	(1.861)	(208)	-	-	(2.069)	(198)	-	354	(1.913)	
Benfeit. imóveis de terceiros	(24.452)	(9.695)	-	799	(33.348)	(9.294)	-	246	(42.396)	
	(226.813)	(41.664)	(4.503)	2.521	(270.459)	(41.526)	-	8.193	(303.792)	
Saldo líquido:										
Edifícios e benfeitorias	104.929	(3.965)	(10.023)	-	90.941	(4.025)	91	(10)	86.997	
Instalações e equip. produção	101.098	(4.545)	17.955	(145)	114.363	(10.982)	17.154	(489)	120.046	
Móveis e utensílios	18.917	(3.673)	(104)	(12)	15.128	(1.557)	26	(75)	13.522	
Bens de informática	12.993	(1.956)	63	-	11.100	(944)	148	(10)	10.294	
Veículos	485	60	-	-	545	32	-	(57)	520	
Benfeit. imóveis de terceiros	30.133	(9.695)	11.240	(4)	31.674	(9.279)	5.751	(37)	28.109	
Terrenos	28.139	-	963	(91)	29.011	30	-	(46)	28.995	
Imobilização em andamento	13.659	22.307	(13.236)	(40)	22.690	18.540	(23.170)	(848)	17.212	
	310.353	(1.467)	6.858	(292)	315.452	(8.185)	-	(1.572)	305.695	

(*) Em 2016 foi reclassificado o montante de R\$ 6.858 para rubrica Bens destinados à venda conforme orienta o CPC 31. Em 2017 essa reclassificação foi revertida devido a não efetivação venda.

(b) **Revisão de vida útil** - Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (c) **Bens dados em garantia e penhora** - Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui bens do ativo imobilizado dados como garantia de incentivos fiscais no montante de R\$ 1.103 (R\$ 4.753 em 31 de dezembro de 2017), conforme demonstrados na nota explicativa 19.c. (d) **Valor recuperável do ativo imobilizado** - O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

(a) Composição da movimentação do custo e amortização

	2016				2017				Controladora e Consolidado	
		Adições	Transferências	Baixas		Adições	Transferências	Baixas	2018	
Custo:										
Marcas e patentes	2.952	-	-	-	2.952	-	-	-	2.952	
Fundo de comércio	60.461	5.014	-	(251)	65.224	301	-	(794)	64.731	
Software	126.057	2.452	4.065	(918)	131.656	3.625	5.165	(92)	140.354	
Intangível em andamento software (i)	5.810	11.185	(4.065)	-	12.930	12.354	(5.165)	-	20.119	
	195.280	18.651	-	(1.169)	212.762	16.280	-	(886)	228.156	
Amortização:										
Marcas e patentes	(2.440)	(102)	-	-	(2.542)	(94)	-	-	(2.636)	
Fundo de comércio	(37.713)	(7.094)	-	251	(44.556)	(7.294)	-	794	(51.056)	
Software	(39.132)	(12.329)	-	918	(50.543)	(12.684)	-	92	(63.135)	
	(79.285)	(19.525)	-	1.169	(97.641)	(20.072)	-	886	(116.827)	
Saldo líquido:										
Marcas e patentes	512	(102)	-	-	410	(94)	-	-	316	
Fundo de comércio	22.748	(2.080)	-	-	20.668	(6.993)	-	-	13.675	
Software	86.925	(9.877)	4.065	-	81.113	(9.059)	5.165	-	77.219	
Intangível em andamento software	5.810	11.185	(4.065)	-	12.930	12.354	(5.165)	-	20.119	
	115.995	(874)	-	-	115.121	(3.792)	-	-	111.329	

(i) Em 2017 refere-se principalmente ao desenvolvimento de software de gestão do ciclo de vida do produto. Em 2018 refere-se principalmente aos projetos em andamento Omnichannel, B2B e Depósito Fechado.

(b) **Revisão de vida útil** - Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. (c) **Valor recuperável de ativos** - O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 2017 o financiamento do BNDES "Exim Pré-embarque" mantido pela Companhia totalizava o montante de R\$ 27.293. O financiamento foi liquidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Salários a pagar	9.372	7.369	9.372	7.369
Férias	17.344	16.972	17.344	16.972
INSS	10.966	10.921	10.966	10.921
FGTS	3.129	3.313	3.129	3.313
Outros	1.773	1.739	1.773	1.740
	42.584	40.314	42.584	40.315

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante				
ICMS sobre vendas	12.626	7.547	12.626	7.547
PIS e COFINS	3.051	6.889	3.051	6.901
Imposto de renda retido na fonte	2.585	2.534	2.585	2.534
Fundo Protege Goiás e FUNDERN	1.315	2.709	1.315	2.709
Outros	504	4.488	515	4.505
	20.081	24.167	20.092	24.196

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
PRODEC III - SC (a)	161	1.551	-	129
PROADI - RN (b)	11	3	-	-
Produzir (c)	-	-	633	490
Outros	-	-	-	-
	172	1.554	633	619

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável. (a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R\$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O montante utilizado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 15.514. A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual. (b) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) destinado à formação do ativo circulante da unidade situada no município de Pamamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 360 meses, iniciou em outubro de 2001 e finda em 2031. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR. Não há valor limite neste benefício. O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 2.931 (R\$ 2.914 em 31 de dezembro de 2017) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas. Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia. (c) A Companhia tem direito ao Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada nos municípios de Anápolis/GO e São Luís de Montes Belos/GO. A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do valor do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício, no caso das operações realizadas pela unidade de Anápolis, e 2% é pago e 98% é o valor do benefício, no caso das operações realizadas pela unidade de São Luís de Montes Belos. De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. Sobre o ganho com o benefício, a Companhia também estará sujeita à contribuição para o PROTEGE Goiás em alíquotas regressivas a partir de abril de 2019, iniciando em 15%. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é

negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas. Pela fruição do benefício, a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.103, composto por imóveis da Cia. Hering. O referido incentivo possui prazo de validade até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido por Lei Complementar. As subvenções para investimento e custeio (a partir de dezembro de 2017 todos as subvenções passaram a ser tratadas como investimento) decorrentes dos programas Proadi, Crédito Outorgado, Crédito Atacadista, TTD e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet, são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R\$ 118.174 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 132.637 em 31 de dezembro de 2017) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 19.453 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 17.664 em 31 de dezembro de 2017). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS. Os incentivos de Goiás usufruídos em 2018 foram caracterizados como subvenção para investimento e por consequente excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando numa redução de R\$ 40.283 (R\$ 45.211 em 31 de dezembro de 2017). O incentivo estadual PROADI (usufruído no Rio Grande do Norte) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R\$ 997 (R\$ 991 em 31 de dezembro de 2017). O incentivo estadual TTD e Crédito Presumido de ICMS sobre vendas pela internet (usufruído em Santa Catarina) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R\$ 5.514. O total da redução do imposto de Renda e Contribuição Social decorrente das subvenções para investimento em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 46.794 (R\$ 51.102 em 31 de dezembro de 2017), demonstrado na nota explicativa 34. Caso a Companhia necessite efetuar investimentos em ativo fixo para cumprimento de obrigações do referido benefício fiscal, esse montante será apropriado ao resultado em função da depreciação ou amortização dos ativos relacionados. A Companhia efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais (Proadi, Lei do Vestuário, TTD e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet), no montante de R\$ 137.628 em 2018 (R\$ 150.301 em 2017) na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24).

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	2018	2017	2018	2017
Provisões para contingências:				
Trabalhistas (a)	2.420	2.450	7.042	7.108
Tributárias (b)	-	-	2.576	2.770
Cíveis (c)	-	-	4.691	4.316
	2.420	2.450	14.309	14.194
Outras provisões:				
Despesas comerciais (d)	24.865	21.532	-	-
Despesas administrativas (e)	7.326	6.262	104	104
Provisão para participação nos resultados (nota explicativa 26)	71	25.168	-	-
	32.262	52.962	104	104
Total	34.682	55.412	14.413	14.298

(a) **Trabalhistas** - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconhecem um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilização solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 9.794 (R\$ 8.342 em 31 de dezembro de 2017). (b) **Tributárias** - refere-se às discussões judiciais relativas ao INSS maternidade e Taxa coleta de lixo para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante e Auto de infração de IRPJ e CSLL. (c) **Cíveis** - refere-se à ação indenizatória e reclamações vinculadas às operações normais da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 2.744 (R\$ 2.666 em 31 de dezembro de 2017). (d) **Provisão para despesas comerciais** - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas, aluguéis e provisões referente a campanhas de vendas. (e) **Provisão para despesas administrativas** - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários de consultorias e provisão de energia elétrica. Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

	2016				2017				Controladora e Consolidado	
		Adições	Reversões	Utilização		Adições	Reversões	Utilização	2018	
Provisões para riscos										
Trabalhistas	6.152	6.864	(997)	(2.461)	9.558	2.051	(152)	(1.995)	9.462	
Tributárias	2.667	103	-	-	2.770	89	(283)	-	2.576	
Cíveis	4.089	476	-	(249)	4.316	1.347	(182)	(790)	4.691	
	12.908	7.443	(997)	(2.710)	16.644	3.487	(617)	(2.785)	16.729	
Outras provisões										
Despesas comerciais	19.247	142.389	-	(140.104)	21.532	153.268	-	(149.935)	24.865	
Despesas administrativas	7.601	59.774	-	(61.009)	6.366	73.883	-	(72.819)	7.430	
Provisão participação resultados - PPR	-	26.845	-	(1.677)	25.168	783	-	(25.880)	71	
	26.848	229.008	-	(202.790)	53.066	227.934	-	(248.634)	32.366	
Total	39.756	236.451	(997)	(205.500)	69.710	231.421	(617)	(251.419)	49.095	

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões em conformidade com as normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 393.531 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 348.597 em 31 de dezembro de 2017). Em relação às contingências possíveis de natureza tributárias, a Companhia litiga na esfera administrativa federal relativo a glosas de crédito e/ou não homologações de compensações de tributos IPI, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 59.233 e Autos de Infração de tributos CIDE, IRRF, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 227.253. Também litiga na esfera administrativa estadual de Goiás, relativo a tributo ICMS, cujo montante atualizado corresponde a R\$ 14.626. No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim. O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R\$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA, cuja substituição foi requerida em petição juntada em 25 de junho de 2018, a fim de que passasse a corresponder ao valor atualizado da dívida, acrescido dos 30% exigidos em lei, conforme determinação judicial. A nova fiança bancária foi contratada junto ao Banco Santander em 04 de junho de 2018, no valor de R\$ 152.321. O quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito, cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R\$ 26.916. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até 31 de dezembro de 2018 (sem o cômputo dos juros legais) resulta em R\$ 156.488 (R\$ 101.286 até 31 de dezembro de 2017). A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R\$ 124.651 (R\$ 70.718 em 31 de dezembro de 2017) e possível para R\$ 31.837 (R\$ 30.568 em 31 de dezembro de 2017).

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da administração foram realizadas conforme a seguir: **(a) Operações com pessoal-chave da Administração** - A Companhia provê a seus administradores, beneficiários de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27. Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração, representado por seu conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Honorários da Administração	8.943	9.308	8.951	9.338
Remuneração variável	-	4.022	-	4.022
Benefícios de curto prazo	1.430	1.336	1.430	1.336
Outros (INSS)	1.790	1.862	1.790	1.862
Plano baseado em ações	3.601	3.367	3.601	3.367
	15.764	19.895	15.772	19.925

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição. **(b) Outras transações com partes relacionadas** - As transações referem-se aos contratos de mútuos com a Controlada Hering International SAFI, cujo saldo existente em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 2.014 (R\$ 1.707 em 31 de dezembro de 2017). O prazo de vigência destes contratos é indeterminado. Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospeção de novos fornecedores. Em 31 de dezembro de 2018, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 3.766 (R\$ 2.915 em 31 de dezembro de 2017), reconhecido no resultado no grupo de custos. Em outubro e dezembro de 2016 ocorreram algumas operações de empréstimos para reformas de franquias para empresa franqueada relacionada a alguns Administradores da Companhia. O valor total do empréstimo e subsídio perfeitado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia entendeu que os termos do acordo apresentavam-se consistentes com os padrões de negócio vigentes. Em 31 de dezembro de 2018, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas. **(c) Vendas para partes relacionadas** - A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 30.516 (R\$ 36.526 em 31 de dezembro de 2017) do qual R\$ 6.275 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 11.395 em 31 de dezembro de 2017). São fornecidas garantias pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 5.246 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 17.010 em 31 de dezembro de 2017), como forma de assegurar o adimplemento de tais obrigações com a Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida para seus funcionários, e mantém planos de assistência médica conforme descrito abaixo: **Plano de Previdência Privada** - Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida, atendendo a todos os funcionários da Cia. Hering, que aderirem ao plano. As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano de benefício definido concede aos funcionários contribuintes o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos). Esta opção encontrava-se aberta somente para aqueles empregados inscritos no plano e elegíveis ao benefício de aposentadoria vitalícia até outubro de 2018, quando houve aprovação da alteração do Plano pela Plevic que limita o benefício definido a uma parcela de empregados. Aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pagos em parcela única. O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2018 era de 251 pessoas (256 em 31 de dezembro de 2017), tendo contribuído no exercício com o montante de R\$ 975 (R\$ 1.036 no exercício anterior) e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizaram, em 31 de dezembro de 2018, 5.550 pessoas (7.503 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2018, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

(a) Saldos do plano de pensão - benefício definido

	Controladora e Consolidado		
	Previdência	2018	2017
Valor presente das obrigações atuariais	(40.782)	(38.406)	
Valor justo dos ativos do plano	38.283	37.019	
(Déficit) superávit	(2.499)	(1.387)	

A movimentação do plano de benefício definido no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi o reconhecimento de R\$ 252 na demonstração do resultado e R\$ 860 em outros resultados abrangentes, totalizando R\$ 1.112, cuja contrapartida foi o passivo de benefícios a empregados.

(b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado		
	Previdência	2018	2017
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	38.406	33.706	
Custos do serviço corrente e juros	131	112	
Juros sobre obrigação atuarial	3.610	3.706	
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	1.595	3.708	
Benefícios pagos no ano	(2.960)	(2.826)	
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	40.782	38.406	

(c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado		
	Previdência	2018	2017
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	37.019	33.552	
Retorno esperado dos ativos do plano	3.489	3.715	
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	503	2.258	
Contribuições de empregador	232	320	
Benefícios pagos pelo plano	(2.960)	(2.826)	
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	38.283	37.019	

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos. Em 31 de dezembro de 2018 o montante de Instrumentos de patrimônio era de R\$ 38.283, cujo retorno esperado para o exercício seguinte é de R\$ 3.460. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

(d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

Em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido em despesa o montante de R\$ 252 referente aos planos de previdência (R\$ 103 em 31 de dezembro de 2017).

(e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado		
	Previdência	2018	2017
Montante acumulado em 1º de janeiro	1.185	55	
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	860	1.130	
Montante acumulado em 31 de dezembro	2.045	1.185	

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de lucros acumulados, conforme permitido pelo CPC 33 (R1) e IAS19.

(f) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado		
	Previdência	2019	2018
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	130	131	
Juros sobre obrigação atuarial	3.687	3.610	
Rendimento esperado dos ativos	(3.460)	(3.489)	
	357	252	

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 245 com os planos de benefícios definidos durante o exercício de 2019.

(g) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado				
	2018	2017	2016	2015	2014
Plano de previdência					
Valor presente das obrigações atuariais	(40.782)	(38.406)	(33.706)	(27.117)	(22.182)
Valor justo dos ativos do plano	38.283	37.019	33.552	27.927	23.079
Efeito do <i>asset ceiling</i>	-	-	-	(810)	(897)
(Déficit) superávit para planos cobertos	(2.499)	(1.387)	(154)	-	-
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(1.595)	(3.708)	(5.733)	(4.337)	313
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	503	2.258	4.321	4.071	284

(h) Premissas atuariais

A apuração do ativo e passivo atuarial foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas abaixo:

	Controladora e Consolidado		
	2018	Previdência	2017
(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial e a despesa (receita) a ser reconhecida			
Taxa de desconto nominal	9,56%	9,93%	
Taxa de aumento nominal do salário	5,81%	5,81%	
Taxa estimada de inflação	4,40%	4,40%	
Taxa de desconto nominal (despesa/receita)	9,93%	11,63%	
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%	

(ii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos

	2018	2017
Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	20,4	20,4
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	20,4	20,4

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tábuas de mortalidade. As tábuas utilizadas foram: (i) Tábua de mortalidade AT-2000 Suavizada em 10%, (ii) Tábua de Entrada em Invalidez Álvaro Vindas e (iii) Tábua de Mortalidade de Invalídidos RRB-1944(MI). A idade de entrada em aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade de aposentadoria antecipada.

(i) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2018 que demonstram o efeito no valor presente das obrigações de benefício definido decorrente da variação de meio ponto percentual da taxa de desconto e da variação da expectativa de sobrevivência dos participantes em 1 ano, sendo um aumento de R\$ 1.727 e uma redução de R\$ 1.875 na taxa de desconto, um aumento de R\$ 857 e uma redução de R\$ 871 na tabela de mortalidade:

	Cenário Base	Previdência	
		Aumento de 0,5%	Cenários Projetados
Impactos nas obrigações do plano de benefício definido			Redução de 0,5%
Taxa de desconto	40.781	39.054	42.656
Taxa de inflação	40.781	40.781	40.781
Tabela de mortalidade (+1 -1)	40.781	41.638	39.910
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	8,83	8,66	8,99

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Gerenciamento de riscos - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco. As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, contabilizado perdas de créditos esperadas, no montante de R\$ 20.593 (R\$ 18.207 em 31 de dezembro de 2017) representativos de 4,16% do saldo de contas a receber em aberto (3,71% em 31 de dezembro de 2017), para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias. **(i) Exposição a riscos de créditos** - O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das Demonstrações Financeiras foi:

	2018	Consolidado	2017
Caixa e equivalentes de caixa	320.540	148.821	
Aplicações financeiras	4.830	5.237	
Contas a receber de clientes	494.674	487.344	
Outras contas a receber	28.690	28.652	

(ii) Perdas por redução no valor recuperável - O vencimento do contas a receber na data das Demonstrações Financeiras era:

	2018	Consolidado	2017
Contas a receber	448.292	450.972	
Vencidos:			
De 0 a 30 dias	8.828	12.735	
De 31 a 90 dias	7.680	9.805	
De 91 a 180 dias	7.039	2.271	
De 181 a 360 dias	10.164	3.895	
Acima de 360 dias	12.671	7.666	
	494.674	487.344	

O movimento de perdas por créditos esperadas em relação aos recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	2018	Consolidado	2017
Saldo no início do exercício	(18.207)	(13.529)	
Adições	(8.524)	(12.361)	
Baixas	6.138	7.683	
Saldo no final do exercício	(20.593)	(18.207)	

A Companhia avalia a necessidade da provisão de perdas com créditos esperadas através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. A despesa com a substituição da provisão de perdas com créditos esperadas foi registrada na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias - A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de liquidez
Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saídos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa. A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2018, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez. A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2018:

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média de juros	Consolidado					Acima de 3 anos	Total
		Até 1 mês	1 a 3 meses	4 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos		
Caixa e equivalentes de caixa	-	320.540	-	-	-	-	-	320.540
Clientes e outras contas a receber	0,60%	206.797	203.767	65.357	5.134	2.968	825	484.848
Incentivos fiscais	0,32%	-	(4)	-	-	-	-	(4)
Fornecedores e outras contas a pagar	0,73%	(95.431)	(97.307)	(35.521)	(133)	(56)	(116)	(228.564)
		<u>431.906</u>	<u>106.456</u>	<u>29.836</u>	<u>5.001</u>	<u>2.912</u>	<u>709</u>	<u>576.820</u>

A Companhia possui junto à instituição financeira convênio de colaboração recíproca em operações de aquisição de crédito "Risco Sacado", que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data de solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Os custos dessa operação são cobrados do fornecedor pelo banco, a Companhia não incorre em juros ou outros custos. O limite de crédito para essa operação é aprovado em Reunião do Conselho de Administração e não utiliza os demais limites de crédito da Companhia junto ao banco. Sobre esses montantes, assim como para os montantes dos demais fornecedores, registra-se o ajuste a valor presente considerando a taxa e prazos descritos na nota explicativa 3(m). Os termos das operações sob risco sacado não diferem significativamente das operações normais de fornecimento, como por exemplo em relação aos prazos praticados para pagamento. A decisão de efetuar essa operação é única e exclusivamente do fornecedor que arca com os encargos financeiros da operação. A Administração avalia que não há riscos nessa operação para a Companhia, e mantém o montante registrado na rubrica de fornecedores, por considerar que essa apresentação reflete melhor em essência a operação realizada. Em 31 de dezembro de 2018, o montante dessa operação totalizava R\$ 71.796 (R\$ 35.410 em 31 de dezembro de 2017).

Risco de mercado
Decorre da possibilidade do valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilarem devido a mudanças nos preços de mercado. O risco de mercado compreende os seguintes tipos de riscos: **(i) Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	2018	2017
Instrumentos de taxa variável (Ativos financeiros)	283.062	109.318
Instrumentos de taxa variável (Passivos financeiros)	-	(27.293)
	<u>283.062</u>	<u>82.025</u>

(ii) Risco de taxa de câmbio - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD) e Euro (EUR), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. A moeda nas quais estas transações são denominadas são em USD e EUR. A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	2018	2017
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	6.546	3.169
Contas a receber (nota explicativa 7)	15.232	17.876
Fornecedores	(40.133)	(29.640)
Instrumentos financeiros derivativos (Notional USD 18.450 mil)	71.490	46.304
	<u>53.135</u>	<u>37.709</u>

Os instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra ou venda de dólares são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações de produto acabado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém o montante de USD 23.611 mil e EUR 949 (USD 27.507 em 31 de dezembro de 2017) em cartas de crédito referentes a importações contratadas junto aos fornecedores. **(iii) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficiência de custos. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. **(iv) Outros riscos de preços** - Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos

Operação	Valores R\$	Risco	%	Consolidado	
				Provável Ganho (Perda)	Possível Ganho (Perda)
Aplicações financeiras (*)	283.062	Baixa CDI	6,40	-	(4.529)
(*) Saldo em 31 de dezembro de 2018 de aplicações em CDB e Operações compromissadas classificadas em caixa e equivalência de caixa e não circulante sujeitas à variação do CDI.					
				4,80	3,20
					(9.058)

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio - A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2018 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo 2018 R\$	Provável		Possível		Consolidado	
		Taxa USD	Ganho (Perda)	Taxa USD	Ganho (Perda)	Taxa USD	Ganho (Perda)
Caixa em moeda estrangeira	6.546	3,8748	-	4,8435	1.637	5,8122	3.273
Contas a receber	15.232	3,8748	-	4,8435	3.808	5,8122	7.616
Fornecedores	(40.133)	3,8748	-	4,8435	(10.033)	5,8122	(20.067)
Instrumentos financeiros derivativos (Notional USD 18.450 mil)	71.490	3,8748	-	4,8435	17.873	5,8122	35.745
Exposição e ganhos e perdas líquidos	<u>53.135</u>				<u>13.285</u>		<u>26.567</u>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras e seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das Demonstrações Financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2018, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" das tabelas acima. **(e) Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos. As operações designadas como "*hedge accounting*", cujo objeto está relacionado às importações e compras futuras de mercadorias para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia é o *hedge* de fluxo de caixa ("*cashflow hedge*"). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, as operações de derivativos (NDF - *Non Deliverable Forward*) mantidas pela Companhia designadas para "*hedge accounting*" foram contratadas, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor justo em Aberto	Reconhecido em	
					Outros resultados abrangentes	Resultado operacional
04/10/18	01/01/19	2.500	3,9580	(208)	(477)	10
21/06/18	01/02/19	3.000	3,8215	170	(151)	-
23/10/18	01/02/19	2.000	3,7310	293	151	-
21/06/18	01/03/19	1.000	3,8325	55	(50)	-
04/10/18	01/03/19	1.250	3,9770	(110)	(60)	-
04/10/18	01/03/19	1.250	3,9770	(110)	(110)	-
23/10/18	01/03/19	1.700	3,7380	252	252	-
04/10/18	01/04/19	1.250	3,9849	(109)	(109)	-
04/10/18	01/04/19	1.250	3,9849	(109)	(109)	-
04/10/18	01/05/19	1.625	3,9974	(147)	(147)	-
04/10/18	01/05/19	1.625	3,9974	(147)	(147)	-
		<u>18.450</u>		<u>(170)</u>	<u>(957)</u>	<u>10</u>
						<u>777</u>

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 somaram um Nocial de USD 10.000 (cuja mercadoria foram vendidas), gerando um valor que representou um ganho de R\$ 5.568 para a Companhia, dos quais R\$ 4.072 foi reconhecido como receita em Resultado Operacional e R\$ 1.496 reconhecido como Receita Financeira. Em 01 de dezembro de 2017 foram contratadas duas operações de derivativos (NDF - *Non Deliverable Forward*) não designadas para "*hedge accounting*". As operações eram de USD 7.000 cada com vencimento em 02 de janeiro de 2018 e 01 de fevereiro de 2018. O resultado dessas operações foi uma perda de R\$ 527 mil, sendo registrado no resultado financeiro de 2017 uma receita de R\$ 545 e no resultado financeiro de 2018 uma despesa de R\$ 1.072.

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

(a) Capital social - O capital social autorizado é composto por 350.000.000 ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado é composto por 161.843.634 ações ordinárias (incluindo as 440.675 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2018	2017
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	16.217.782	8.120.812
Investimento e Participação INPASA S.A.	11.964.724	11.964.724
Ivo Hering	11.768.370	11.768.370
Dynamo Administração de Recursos Ltda.	9.317.300	-
Veit Partners	8.868.000	-
Somerser Capital Management	8.191.813	-
Coronation Fund Managers Ltd. (*)	8.052.473	8.052.473
Cambuy Investimentos Ltda.	-	7.576.100

utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima. **(b) Instrumentos financeiros - valor justo** - O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	320.540	320.540	148.821	148.821
Aplicações financeiras restritas	4.830	4.830	5.237	5.237
Clientes e outras contas a receber	478.623	478.623	475.464	475.464
Empréstimos e financiamentos	-	-	(27.293)	(27.293)
Fornecedores e outras contas a pagar	(225.493)	(225.493)	(135.887)	(135.887)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	787	787	545	545
Instrumentos financeiros derivativos relações de contabilização de <i>hedge</i>	(957)	(957)	-	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.
- Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2. **(c) Gestão de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se: Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

	2018	2017
Dívida curto prazo	-	(27.293)
Total da dívida	-	(27.293)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	320.540	148.821
Caixa líquido	<u>320.540</u>	<u>121.528</u>

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre. **(d) Análise de sensibilidade - (i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros** - Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração considerou como cenário provável as taxas atualizadas para o período referência. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses.

Operação	Valores R\$	Risco	%	Consolidado	
				Provável Ganho (Perda)	Possível Ganho (Perda)
Aplicações financeiras (*)	283.062	Baixa CDI	6,40	-	(4.529)
(*) Saldo em 31 de dezembro de 2018 de aplicações em CDB e Operações compromissadas classificadas em caixa e equivalência de caixa e não circulante sujeitas à variação do CDI.					
				4,80	3,20
					(9.058)

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio - A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) no balanço de 31 de dezembro de 2018 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo 2018 R\$	Provável		Possível		Consolidado	
		Taxa USD	Ganho (Perda)	Taxa USD	Ganho (Perda)	Taxa USD	Ganho (Perda)
Caixa em moeda estrangeira	6.546	3,8748	-	4,8435	1.637	5,8122	3.273
Contas a receber	15.232	3,8748	-	4,8435	3.808	5,8122	7.616
Fornecedores	(40.133)	3,8748	-	4,8435	(10.033)	5,8122	(20.067)
Instrumentos financeiros derivativos (Notional USD 18.450 mil)	71.490	3,8748	-	4,8435	17.873	5,8122	35.745
Exposição e ganhos e perdas líquidos	<u>53.135</u>				<u>13.285</u>		<u>26.567</u>

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2018 foram exercidas 48.125 ações do nono e décimo programa de *stock options*, a um custo médio de R\$ 15,29 totalizando um montante de R\$ 735. Para fazer frente a esse exercício de *stock options*, a Companhia utilizou parte das ações em tesouraria a um custo médio de R\$ 14,72 totalizando o montante de R\$ 708.

(c) **Reserva de capital** - Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

(d) **Reservas de lucros**

• **Legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	239.514
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(137.628)
Base de cálculo - Reserva legal	101.886
Reserva legal 5%	(5.094)

• **Retenção de lucros**

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro. Em 2017 e 2018 parte do saldo desta reserva foi utilizada para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

• **Outras reservas de lucros**

Incentivos fiscais - Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos (nota explicativa 19) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

Lei do Vestuário - GO	560.452	443.736
Pró-Emprego - SC	87.084	87.084
Proadi - RN	90.551	87.619
Fomentar - GO	31.750	31.750
Lucro Exploração IRPJ	29.526	29.526
Créd. Presumido Importados/Internet - SC	30.630	14.413
Produzir - GO	6.562	6.562
Crédito Atacadista - GO	4.370	2.607
Redução Reinvestimento IRPJ	336	336
	841.261	703.633

(e) **Remuneração aos acionistas** - O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 195-A e art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	239.514
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(137.628)
Base de cálculo - Reserva legal	101.886
Reserva legal 5%	(5.094)
Base de cálculo - Dividendos	96.792
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) - pagos durante o exercício	24.198
Dividendos adicionais e Juros sobre o Capital Próprio deliberados pelo Conselho de Administração	125.774
	149.972

A Companhia utilizou parte do saldo de reserva de retenção de lucros para fazer frente aos dividendos adicionais e juros sobre capital próprio deliberados no ano de 2018. Os dividendos e juros sobre capital foram distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Proventos	Valor total	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R\$)	Aprovado em	Pago em
Dividendos	29.990	161.843	0,1853	28/03/18	15/05/18
Juros sobre o Capital Próprio	39.991	161.843	0,2471	30/05/18	27/06/18
Dividendos	39.996	161.843 (*)	0,2478	31/10/18	28/11/18
Juros sobre o Capital Próprio	39.995	161.843 (*)	0,2478	21/12/18	15/01/19
	149.972				

(*) A quantidade de ações considerada para cálculo está líquida das ações em tesouraria.

(f) **Ajuste de avaliação patrimonial** - O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrev, Plano de Saúde (nota explicativa 22), instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 23) e correção monetária dos ativos imobilizados sendo este o saldo mais representativo.

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi destinado aos acionistas o montante de (i) R\$ 35.529 (líquido do IRRF no montante de R\$ 4.464) correspondente ao ano de 2018, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 30 de maio de 2018 e pago em 27 de junho de 2018; (ii) R\$ 36.457 (líquido do IRRF no montante de R\$ 3.536) correspondente ao ano de 2018, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 21 de dezembro de 2018, o pagamento será realizado em 15 de janeiro de 2019.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculada ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado

no início de cada ano. Em 2018, ocorreram pagamentos no montante de R\$ 25.880, correspondentes à participação nos resultados de 2017 e complemento da provisão no montante de R\$ 783. Em 31 de dezembro de 2018 não houve provisão em função do resultado da Companhia não ter sido suficiente para o atingimento das metas estabelecidas no programa de PPR (em 31 de dezembro de 2017 houve provisão de R\$ 25.168).

27. PROGRAMA DE STOCK OPTIONS

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía dois Plano de Opção de Compra de Ações em aberto, sendo um aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008 (Plano 2008), e um novo Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 04 de dezembro de 2017 (Plano 2017). A aprovação dos programas de outorgas de ações no âmbito de cada plano é efetuada pelo Conselho de Administração da Companhia. A data de aprovação, a quantidade de ações outorgadas por programa e o preço de exercício por ação, estão divulgados abaixo:

	Plano de Opção de Compra de Ações				Plano 2008		Plano 2017	
	5º	6º	7º	8º	9º	1º	2º	
Data de aprovação	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	13/12/17	29/08/18
Quantidade de ações outorgadas	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541	1.181.229
Preço de exercício - R\$/ação	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25	26,50	16,16

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições (*vesting condition*): (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário. O exercício das opções somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou com qualquer de suas controladas ou coligadas, até a data do efetivo exercício das opções. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de

falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia. O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A Administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração. Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Black & Scholes para o 5º programa, modelo Binomial para o 6º ao 10º programa do Plano de 2008 e para 1º e 2º programa do Plano de 2017 (utilizou-se esse método pois esse permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características). O valor justo das opções na data da outorga está apresentado na linha Preço total na tabela abaixo e consideram as seguintes premissas para precificação:

	Plano 2008				Plano 2017		R\$/ação
	5º	6º	7º	8º	9º	1º	
Data da avaliação	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16	13/12/17
Quantidade de ações	246.000	264.000	72.872	953.850	1.335.112	1.226.445	701.541
Preço de exercício	45,83	38,61	34,24	25,05	12,64	14,25	26,50
Preço de fechamento	45,91	43,5	30,56	21,79	11,64	13,08	16,74
Volatilidade ao dia	2,34%	1,83%	2,36%	2,19%	2,75%	2,49%	2,67%
Volatilidade ao ano	37,21%	29,01%	37,46%	34,63%	43,71%	39,50%	37,43%
Dividendos esperados	4,00%	4,00%	4,00%	5,10%	5,50%	5,50%	4,70%
Taxa de desligamento (*)	-	1,01%	1,01%	1,10%	5,00%	14,29%	-
Taxa de desligamento (**)	-	-	-	-	15,00%	13,64%	-
Market to Strike Ratio	-	2,33	2,33	2,25	2,25	2,24	2,09
Cupom de IPCA (**)	3,65%	3,83%	4,89%	6,16%	6,65%	6,13%	5,12%
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7
Preço unitário da opção	17,00	11,87	8,80	5,38	3,30	2,90	7,96
Preço total	4.183	3.134	641	5.128	4.404	3.561	5.585

(*) Taxa de desligamento da Companhia, a partir do 9º programa é apresentada segregada entre Diretoria e Outros.

(**) Taxa de juros livre de risco.

O preço de fechamento da ação da Cia. Hering, negociada sob o código HGTX3, e a taxa de volatilidade, acima informada, para o 5º ao 10º programa do Plano 2008 e 1º e 2º do Plano de 2017 foram obtidas diretamente do serviço Bloomberg. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercados e Futuros (BM&F) no campo Dados Históricos, Pesquisas por Pregão, Arquivo "Mercado de Derivativos - Taxas de Mercado para Swaps". O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi atualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*. Os períodos analisados foram:

	Plano 2008				Plano 2017	
	5º	6º	7º	8º	9º	1º
Data de início	09/05/11	30/09/10	31/08/10	23/11/11	29/07/08	26/05/09
Data de término	08/05/12	21/05/13	25/07/13	21/05/14	29/07/15	24/05/16

(a) **Plano de Opção de Compra de Ações 2008, liquidável em ações (Plano 2008)** - No Plano de Opção de Compra de Ações de 2008 foram emitidos dez programas de opções de ações. As ações outorgadas no primeiro, segundo e terceiro programa de opções de ações, foram integralmente exercidas pelos beneficiários. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2018, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,24% (1,67% em 31 de dezembro de 2017).

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2018		2017	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	2.702.010	28,39	3.943.185	24,22
Opções exercidas (nota explicativa 24.a/b)	(48.125)	15,29	(938.147)	15,04
Opções canceladas	(650.661)	33,26	(303.028)	19,87
Opções em circulação no final do exercício	2.003.224	28,51	2.702.010	28,39
Opções exercíveis no final do exercício	1.351.761	34,81	1.149.372	44,08

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 2.683 (R\$ 4.497 em 31 de dezembro de 2017) referente ao valor justo do plano. (b) **Novo Plano de Opção de Compra de Ações 2017, liquidável em ações (Plano 2017)** - Foi aprovado pela Cia. Hering um Novo Plano de Outorga de Opções na Assembleia Extraordinária de 04 de dezembro de 2017. Observado os prazos de carência estabelecidos nos Programas, cada Opção de Compra outorgada permite ao Beneficiário, definido pelo Conselho de Administração, o direito de subscrever uma ação da Companhia. O cálculo do preço de exercício da Opção de Compra a ser pago pelos Beneficiários será definido, nos termos dos Planos de Opções, pela média ponderada por volume das negociações das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia na B3 Brasil Bolsa Balcão, nos 90 (noventa) pregões anteriores à data de aprovação de cada Programa de Outorga de Opção de Compra pelo Conselho de Administração (Preço de Exercício), cujo preço de exercício será corrigido pelo IPCA-A, desde a data de outorga da respectiva Opção de Compra até a data de exercício. As Opções de Compra poderão ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de sua aprovação/outorga pelo Conselho de Administração. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de

dezembro de 2018, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,08%. O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções estão demonstradas a seguir:

	2018		2017	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	701.541	26,50	-	-
Opções outorgadas	1.181.229	16,16	701.541	26,50
Opções canceladas	(132.973)	27,49	-	-
Opções em circulação no final do exercício	1.749.797	19,99	701.541	26,50
Opções exercíveis no final do exercício	142.136	27,49	-	-

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 2.484 (R\$ 233 em 31 de dezembro de 2017) referente ao valor justo do plano.

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de venda mercado interno	1.420.492	1.480.137	1.422.896	1.483.920
Receita de venda em lojas próprias	376.218	349.725	376.218	349.725
Receita de venda mercado externo	49.631	50.275	49.631	50.275
Receita de royalties	17.478	17.627	17.478	17.627
Devoluções	(59.409)	(59.905)	(59.409)	(59.905)
Receita bruta de vendas	1.804.410	1.837.859	1.806.814	1.841.642
Ajuste a valor presente - Receita	(36.057)	(46.787)	(36.057)	(46.787)
Abatimentos e Repasse IBCC (Instituto Brasileiro de Controle do Câncer)	(2.337)	(3.647)	(2.337)	(3.647)
Impostos sobre as vendas	(228.716)	(228.673)	(228.852)	(228.887)
Deduções da receita	(267.110)	(279.107)	(267.246)	(279.321)
Receita líquida	1.537.300	1.558.752	1.539.568	1.562.321

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Matéria prima e material de revenda	502.014	470.169
Salários, encargos e benefícios	168.032	175.473
Depreciação	31.410	28.505
Mão-de-obra terceirizada	135.281	148.649
Energia	11.836	10.832
Outros custos	35.007	38.645
	883.580	872.273

30. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Despesas comissões s/vendas	53.637	55.803
Despesas fretes s/vendas	42.928	38.958
Despesas com pessoal	90.696	90.727
Despesas com propaganda e publicidade	57.612	52.976
Despesas com locação de imóveis	46.347	44.317
Despesas com amostras e desenv. de produtos	17.944	15.205
Despesas com viagens e estadias	11.769	7.849
Despesas com serviços de terceiros	15.790	16.981
Outras despesas	16.926	15.248
	353.649	338.064

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal	30.398	26.600	30.398	26.621
Despesas com serviços de terceiros	7.545	12.897	7.545	12.897
Despesas com propaganda institucional	1.545	1.598	1.545	1.598
Despesas com doações	411	5	411	5
Despesas com serviços de TI	3.278	3.758	3.278	3.758
Despesas com viagens	1.233	1.332	1.233	1.332
Despesas com locação	2.035	2.270	2.035	2.270
Outras despesas	2.692	2.671	2.766	2.693
	49.137	51.131	49.211	51.174

32. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários (a)	29.406	4.495	29.406	4.495
Indenização recebida de sinistro	1.083	1.117	1.083	1.117
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	942	291	942	291
Empréstimos compulsório	118	8.048	118	8.048
Cessão de serviços financeiros	4.500	-	4.500	-
Outras	3.337	5.967	3.337	5.967
	39.386	19.918	39.386	19.918
Outras despesas operacionais				
Constituições e reversões de provisões trabalhistas e civis	(3.976)	(7.085)	(3.976)	(7.085)
Plano de ações	(5.167)	(4.730)	(5.167)	(4.730)
Avaliação atuarial de previdência	(252)	(103)	(252)	(103)
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(919)	(843)	(919)	(843)
FUNEFTE - Goiás	(93)	-	(93)	-
Indenizações trabalhista (b)	(9.787)	(2.207)	(9.787)	(2.207)
Fundo Protege Goiás (c)	(16.815)	(17.624)	(16.815)	(17.624)
Indenização Representantes	(2.614)	(3.233)	(2.614)	(3.233)
Outras	(5.050)	(4.756)	(6.487)	(5.604)
	(44.673)	(40.581)	(46.110)	(41.429)
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	(5.287)	(20.663)	(6.724)	(21.511)

(a) Em 2018 refere-se principalmente a créditos PIS e COFINS extemporâneos. (b) Indenização trabalhista referente reorganização da estrutura. (c) Refere-se ao Fundo Protege Goiás, que corresponde ao percentual de 15% aplicado sobre o valor do incentivo fiscal utilizado pelo contribuinte conforme Lei nº 14.469 de 16 de julho de 2003.

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	15.176	20.347	15.176	20.347
Juros sobre tributos recuperados	1.079	2.343	1.079	2.343
Ajuste a valor presente	36.244	46.642	36.244	46.642
Juros recebidos e renegociados	6.444	5.075	6.444	5.075
Outras receitas	8.929	9.674	8.997	9.718
Empréstimo Compulsório	188	22.654	188	22.654
Receitas com derivativos	1.201	156	1.201	156
Varição cambial ativa, líquida	-	820	-	858
	69.261	107.711	69.329	107.793
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(2.139)	(3.070)	(2.139)	(3.070)
Encargos financeiros sobre tributos	(490)	(524)	(490)	(524)
Ajuste a valor presente	(15.132)	(18.063)	(15.132)	(18.063)
Atualização provisões para riscos	(626)	(696)	(626)	(696)
IOF sobre operações financeiras	(80)	(70)	(80)	(70)
Tarifas bancárias e comissões	(4.994)	(4.767)	(4.994)	(4.767)
Outras despesas	(3.095)	(1.450)	(3.151)	(1.494)
Varição cambial passiva líquida	(5.805)	-	(5.513)	-
	(32.361)	(28.640)	(32.125)	(28.684)
Resultado financeiro líquido	36.900	79.071	37.204	79.109

(a) Em 2018 refere-se principalmente a créditos PIS e COFINS extemporâneos. (b) Indenização trabalhista referente reorganização da estrutura. (c) Refere-se ao Fundo Protege Goiás, que corresponde ao percentual de 15% aplicado sobre o valor do incentivo fiscal utilizado pelo contribuinte conforme Lei nº 14.469 de 16 de julho de 2003.

34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	15.176	20.347	15.176	20.347
Juros sobre tributos recuperados	1.079	2.343	1.079	2.343
Ajuste a valor presente	36.244	46.642	36.244	46.642
Juros recebidos e renegociados	6.444	5.075	6.444	5.075
Outras receitas	8.929	9.674	8.997	9.718
Empréstimo Compulsório	188	22.654	188	22.654
Receitas com derivativos	1.201	156	1.201	156
Varição cambial ativa, líquida	-	820	-	858
	69.261	107.711	69.329	107.793
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(2.139)	(3.070)	(2.139)	(3.070)
Encargos financeiros sobre tributos	(490)	(524)	(490)	(524)
Ajuste a valor presente	(15.132)	(18.063)	(15.132)	(18.063)
Atualização provisões para riscos	(626)	(696)	(626)	(696)
IOF sobre operações financeiras	(80)	(70)	(80)	(70)
Tarifas bancárias e comissões	(4.994)	(4.767)	(4.994)	(4.767)
Outras despesas	(3.095)	(1.450)	(3.151)	(1.494)
Varição cambial passiva líquida	(5.805)	-	(5.513)	-
	(32.361)	(28.640)	(32.125)	(28.684)
Resultado financeiro líquido	36.900	79.071	37.204	79.109
34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
(a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício				
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos correntes:				
Contribuição social	218	(5.134)	149	(5.243)
Imposto de renda	1.260	(13.562)	1.092	(13.847)
	1.478	(18.696)	1.241	(19.090)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	355	1.068	355	1.068
Imposto de renda	2.755	2.946	2.755	2.946
	3.110	4.014	3.110	4.014
(b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto				
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido antes de impostos	234.926	278.463	235.163	278.857
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(79.875)	(94.677)	(79.955)	(94.811)
Efeito fiscal das adições e exclusões permanentes:				
Resultado de participação em controladas	277	779	277	-
Subvenção para investimento (i)	46.794	51.102	46.794	51.102
Juros sobre capital próprio	27.196	28.899	27.196	28.899
Opções Maturada - Stock Options 2018	1.753	-	1.753	-
Opções Maturada - Stock Options e Plano de Saúde (ii)	10.189	-	10.189	-
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	-	1.166	-	1.166
Outras (adições) exclusões permanentes	(1.746)	(1.951)	(1.903)	(1.432)
Imposto de renda e contribuição social	4.588	(14.682)	4.351	(15.076)
Imposto de renda e contribuição social corrente	1.478	(18.696)	1.241	(19.090)
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.110	4.014	3.110	4.014
Alíquota efetiva	-2%	5%	-2%	5%

(i) Refere-se aos benefícios fiscais, mencionados na nota explicativa 19. (ii) Refere-se à exclusão na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL das despesas de remunerações com pagamento baseado em ações (Stock Options) incorridas nos exercícios de 2015 a 2017 no montante de R\$ 12.844 decorrentes dos Programas de Opção de Compra de Ações

(Stock Options) da Companhia. Essas exclusões referem-se ao valor justo das opções de ações que completaram seu período de carência (vesting) nestes exercícios, uma vez que, essas despesas tornam-se dedutíveis no momento da transferência definitiva das opções aos beneficiários. Refere-se também ao valor do crédito realizado no resultado correspondente à reversão do saldo da provisão contábil do passivo "Plano de Benefícios", no valor de R\$ 13.523, ano-calendário 2016. Esta provisão havia sido constituída em anos-calendários anteriores a 2016, sem ter sido deduzida na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, e, quando da sua reversão, ocorrida em 2016, foi equivocadamente tributada por estas exceções. Após as retificações das Escriturações Contábeis Fiscais (ECFs) dos referidos períodos, foram identificados uma base a maior na apuração do lucro real e da CSLL no montante de R\$ 3.600.

(c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Constituição sobre adições temporárias	(8.084)	12.302
Reversão sobre exclusões temporárias	(109)	(79)
Constituição sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	11.183	(8.332)
Realização da correção monetária do ativo próprio	120	123
	3.110	4.014

35. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

(a) Lucro básico por ação - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Consolidado	
	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	239.514	263.781
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	161.844	161.248
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(147)	(127)
	161.697	161.121
Lucro básico por ação - R\$	1,4812	1,6372

(b) Lucro diluído por ação - O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se refere a opção de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Consolidado	
	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	239.514	263.781
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	161.697	161.121
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	3.753	3.404
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	165.450	164.525
Lucro diluído por ação - R\$	1,4476	1,6033

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía 90 (92 em 31 de dezembro de 2017) contratos de locação para suas unidades comerciais, industriais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e à norma internacional IAS 17, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data. O tratamento contábil para esses contratos será alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.v. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis (não ajustado a valor presente), estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2018	2017
Até um ano	30.423	33.116
Acima de um ano e até cinco anos	62.757	39.486
Acima de cinco anos	-	1.124
	93.180	73.726

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional (pagamentos mínimos acrescidos de aluguéis percentuais) em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2018	2017
Despesas com arrendamento mercantil operacional	53.673	51.793

37. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabricam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e Canal: Multimarca, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	2018	2017
Hering	1.319.306	1.321.317
Hering Kids	230.231	243.537
PUC	105.437	120.065
DZARM	73.241	71.495
Outras (*)	28.968	34.953
Receita bruta mercado interno	1.757.183	1.791.367
Receita bruta mercado externo	49.631	50.275
Receita bruta total	1.806.814	1.841.642

Canal	Consolidado	
	2018	2017
Multimarcas	736.794	781.216
Franquias	619.514	632.470
Lojas próprias	344.580	320.434
Webstore	48.950	44.801
Outras (*)	7.345	

...continuação

DIRETORIA

- Fábio Hering - Diretor Presidente
- Cristina Caresia Marques - Diretora de Gestão de Pessoas e de Organização
- Edgar de Oliveira Filho - Diretor Industrial
- Guilherme Farinelli Silva - Diretor de Transformação Digital
- Marciel Eder Costa - Diretor Administrativo
- Moacyr José Matheussi - Diretor de Suprimentos
- Rafael Bossolani - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
- Romael Soso - Diretor de Unidade de Negócios
- Ronaldo Loos - Diretor Comercial
- Thiago Hering - Diretor de Unidade de Negócios

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Ivo Hering - Presidente
- Fábio Hering - Conselheiro
- Andrea Oliveira Mota Baril - Conselheira
- Claudia Worms Sciama - Conselheira
- Fabio Colletti Barbosa - Conselheiro
- Marcio Guedes Pereira Junior - Conselheiro
- Patrick Charles Morin Junior - Conselheiro

Cleoneice Ghidolin Destri - Contadora CRC-SC nº 27.477/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas Conselheiros e Administradores da

Cia Hering
Blumenau - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Benefícios a empregados	
Consulte as notas explicativas 3.k e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia patrocina planos de previdência de benefício definido e de contribuição definida aos seus funcionários. Os planos classificados como benefício definido podem gerar passivos calculados com base em premissas atuariais. As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, taxas de desconto, tabela de mortalidade pós-aposentadoria, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial. Devido à relevância e julgamento envolvido na determinação das estimativas efetuadas para mensurar o valor líquido de passivo dos planos de pensão de benefício definido da Companhia e do impacto que eventuais mudanças nas premissas usadas na mensuração desse valor teriam nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.	Com o apoio dos nossos especialistas atuariais, analisamos se o estudo atuarial foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de cálculos normalmente utilizadas, analisamos a razoabilidade das premissas utilizadas na determinação do valor líquido de passivo de benefício definido da Companhia e comparamos essas premissas com as expectativas e informações de mercado existentes na data-base das demonstrações financeiras. Avaliamos também a análise de sensibilidade das principais premissas e adicionalmente, se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima resumidos, consideramos aceitável o passivo atuarial e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferido	
Consulte as notas explicativas 3.r e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, imposto de renda diferido ativo proveniente da controladora, cuja realização está suportada por estimativas de lucro tributável futuro baseadas em estudos e orçamento preparados pela Companhia. Para elaborar as projeções dos lucros tributáveis futuros, a Companhia utiliza premissas alinhadas com suas estratégias corporativas, tais como, crescimento da receita e aumento das margens de lucro, no cenário macroeconômico, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação. Devido ao uso de julgamentos significativos no processo de determinação das estimativas de lucros tributáveis futuros e pelo fato de que qualquer mudança relevante nas premissas utilizadas na determinação dessas estimativas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as projeções de lucros futuros e avaliações econômico-financeiras que fundamentaram as premissas de crescimento e de rentabilidade da controladora, avaliamos se o estudo foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas, se as premissas utilizadas no estudo são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado, bem como a origem das premissas macroeconômicas utilizadas, especialmente em relação ao crescimento da receita e às margens de lucro. Adicionalmente, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social que foram utilizados na constituição dos impostos diferidos ativos. Comparamos o resultado esperado de lucro tributável futuro, e o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar

para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 15 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Marcelo Lima Tonini
Contador CRC PR-045569/O-4 T-SC